



Índice

- 01** [Cultura afro/indígena será tema de palestra na sexta-feira](#)
- 02** [Camaçari: Câmara debate o tema "Indígenas no Século 21"](#)
- 03** [MPF denuncia 27 por desmatamento na Marãiwatsédée e cobra 42 milhões para reflorestamento](#)
- 04** [Brasil é denunciado na ONU por "regressão nos direitos indígenas"](#)
- 05** [Nota de desagravo ao posicionamento da Federação de Agricultura de SC com relação aos indígenas](#)
- 06** [Indígenas fecham aterro sanitário de Miranda e reivindicam cuidados básicos com as comunidades](#)
- 07** [Ministério da Saúde inaugura cinco Polos-Base em Alagoas](#)
- 08** [Índios desenham símbolos de times no topo da Serra Camararé, em Roraima](#)
- 09** [Goeldi recebe mostra com fotos de tribos do Xingu datadas do século XX](#)
- 10** [Apresentada primeira etapa do projeto MAPEO](#)
- 11** [Nova vitória jurídica reafirma constitucionalidade do Decreto que trata da titulação de territórios quilombolas](#)
- 12** [MPF/AM recomenda projeto de revitalização da cultura e língua do povo Kuanã](#)
- 13** ["Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos" terá lançamento em](#)



Salvador, dia 27/05

- 14** A Transamazônica e seu trágico legado
- 15** Posição da Hutukara Associação Yanomami sobre a mineração em terras indígenas
- 16** PGR recorre ao Supremo para manter julgamento dos crimes contra meninas indígenas na Justiça Federal
- 17** Dupla Xavante lança o CD Tsidupo nesta quinta na Casa do Parque
- 18** Comunidade de Feira Grande ganha polo de saúde indígena
- 19** Vem aí o VIII Festival de Cultura e Jogos Indígenas
- 20** Senado aprova cotas para negros em concursos públicos
- 21** Moradores da comunidade Pimental (PA) repudiam hidrelétricas no Tapajós
- 22** A contínua luta dos Chiquitano pela sua terra tradicional
- 23** Mensagem aos povos indígenas, comunidades afrocolombianas, campesinas, urbanas e populares, e às igrejas e movimentos sociais e políticos
- 24** Grito da Terra traz 5 mil agricultores à Capital
- 25** Índios saqueiam carga e agridem motorista
- 26** Instalação montada com cerâmica indígena cobre lago da Reitoria
- 27** Anuladas ordens de reintegração de posse em área ocupada por indígenas em MS
- 28** Questões indígenas e problemas com telefonia móvel e internet entre os temas na tribuna
- 29** Mutirão garante documentos para indígenas em Guaíra



- 30** Indígenas Krahô comemoram revitalização de escola com benefício direto a quase 190 estudantes dos ensinos fundamental e médio
- 31** Apesar das adversidades, ribeirinhos nem cogitam abandonar o Pantanal
- 32** Protestos marcam 3 anos do assassinato no Pará
- 33** Acordo prevê Cooperação para Conservação dos Ecossistemas Marinhos



Boletim de Notícias - Edição nº 88/ 2014

Brasília, 21 de maio de 2014.

Cultura afro/indígena será tema de palestra na sexta-feira

SÍTIO A NOTÍCIA, 21.05.2014

Nesta sexta-feira, 23 de maio, a Sala Ana Petrona irá sediar a palestra "Cultura Afro/indígena", ministrada pela professora Michele Jornada Santos, de São Borja.

As atividades, que fazem parte da 12ª Semana Nacional dos Museus, terão início às 14h, e contarão com a presença de professores de História e Geografia das redes municipal, estadual e particular de ensino.

(Pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura de São Luiz Gonzaga)



Boletim de Notícias - Edição nº 88/ 2014

Brasília, 21 de maio de 2014.

Camaçari: Câmara debate o tema "Indígenas no Século 21"

SÍTIO CÂMARA DE VEREADORES DE CAMAÇARI, 20.05.2014

Com o tema "Indígenas no Século 21", a Câmara realiza nesta quarta-feira (21/05), a partir das 9h, sessão em homenagem ao Dia do Índio. A iniciativa - marcada inicialmente para o mês passado, mas que foi adiada por solicitação da comunidade indígena - é do presidente da Casa, vereador Teo Ribeiro (PT).

Foram convidados para o evento o líder da reserva Thá-Fene, Wakay Fulniô, a representante da Coordenação Indígena da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Ilclênia Tuxá, a escritora e pesquisadora das culturas indígenas, Marcia Wayna Kambeba, e a assistente social, diretora de assuntos relacionados às mulheres da FIBRAS (Fraternidade Indígena do Brasil), Mônica Marapara.



MPF denuncia 27 por desmatamento na Marãiwatsédée e cobra 42 milhões para reflorestamento

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 20.05.2014

As fazendas, nas quais houve desmatamento, exploravam economicamente até 1.600 hectares

Vinte e sete pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal por invadir a Terra Indígena Marãiwatsédé, desmatar a área e impedir a recuperação natural de 10 mil hectares de vegetação nativa. Os denunciados são responsáveis por fazendas constituídas dentro da área demarcada e homologada, desde 1998, como território de ocupação tradicional da etnia Xavante, na região noroeste de Mato Grosso.

As 27 fazendas exploravam a atividade econômica da agropecuária, fruto da ocupação ilegal do território indígena Marãiwatsédé. Todas as áreas cujos "proprietários" estão sendo denunciados foram fiscalizadas pelo Ibama, multadas por desmatamento e muitas delas chegaram a ser embargadas por crime ambiental.

Depois de ocupado ilegalmente, o território indígena foi quase totalmente desmatado para o desenvolvimento da agropecuária. As perícias ambientais realizada pela Polícia Federal, por meio da análise e comparação de imagens de satélite, com auxílio de softwares e ferramentas de geoprocessamento, detectaram que a área foi desflorestada e utilizada continuamente para a agropecuária.

As fazendas, nas quais houve desmatamento, exploravam economicamente até 1.600 hectares. Seis propriedades têm até 100 hectares; 15 têm entre 100 e 500 hectares; três tem tamanhos entre 500 a 1000 hectares e três fazendas têm mais de 1.000 hectares.

Reflorestamento

Além de pedir a condenação dos responsáveis pelos crimes de invasão de terra pública, desmatamento e exploração econômica de área de floresta nativa, e por impedirem a recomposição da vegetação, o MPF pede na ação a condenação ao pagamento do custo para reflorestar os 10.402 mil hectares desmatados no interior da Terra Indígena Maraiwatsédé.

De acordo com os laudos de perícia ambiental feita pela Polícia Federal, o valor necessário para recuperar a área equivalente à extensão desmatada pelas 27 fazendas é de 42.356.578,90 (quarenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil reais, quinhentos e setenta e oito reais e noventa centavos). Ainda de acordo com a perícia ambiental, o custo é uma estimativa para que a restauração da vegetação seja feita o mais próximo possível da condição original.

As 27 ações criminais são assinadas pelos procuradores da República Lucas Aguilar Sette e Wilson Rocha Assis e tramitam na Justiça Federal em Barra do Garças, Mato Grosso.



Brasil é denunciado na ONU por “regressão nos direitos indígenas”

SÍTIO CIMI, 21.05.2014

As violações de direitos humanos e territoriais dos povos indígenas no Brasil foram denunciadas à Organização das Nações Unidas (ONU) nesta terça-feira durante a 13ª sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas, realizado na sede da Organização em Nova York.

Lindomar Terena, indígena de Mato Grosso do Sul e representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), falou sobre as iniciativas de setores da sociedade, como a bancada ruralista do Congresso Nacional, para aprovar mudanças nos direitos constitucionais indígenas. “Está em curso no Brasil uma série de articulações e iniciativas que buscam a reduzir, suprimir os direitos dos povos indígenas, reconhecidos pela Constituição Federal Brasileira e reafirmados por tratados internacionais. [...] O modelo desenvolvimentista brasileiro objetiva disponibilizar os territórios indígenas, e de outros segmentos e comunidades tradicionais, para a exploração descontrolada dos bens naturais, a expansão do agronegócio e a implantação de grandes empreendimentos. [...] Para tanto, o Governo brasileiro paralisou o processo constitucional de demarcação de nossos territórios, aumentando gravemente os conflitos territoriais em várias regiões do Brasil”.

Leia o discurso na íntegra:

Senhora Presidente, demais parentes indígenas de todo o mundo

A organização que represento, chamada Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, reúne organizações regionais indígenas e de base dos 4 cantos do Brasil, atua na defesa dos direitos e da vida de mais de 300 povos, falantes de 270 línguas. Apesar de sermos 1 milhão de indígenas que sobreviveram a grande invasão de 1500, ainda hoje, representamos 1/3 da diversidade étnica na América do Sul.

Vimos a este Fórum, porque a situação de violação de direitos humanos e territoriais dos povos indígenas no Brasil se agravou fortemente nos últimos anos. Contrariamente ao que o Governo brasileiro divulga em espaços internacionais, relatando uma suposta harmonia entre os povos indígenas e o estado nacional, temos certeza ao afirmar que a situação dos povos indígenas no Brasil hoje, é a mais grave desde a redemocratização do País, seja na quantidade de indígenas assassinados, seja nas iniciativas de esfacelar nossos direitos conquistados ao sangue de nossos povos.

Está em curso no Brasil uma série de articulações e iniciativas que buscam a reduzir, suprimir os direitos dos povos indígenas, reconhecidos pela Constituição Federal Brasileira e reafirmados por tratados internacionais, textos normativos, dos quais o país é signatário.

CONT.



No Congresso Nacional, a bancada ruralista, os representantes do agronegócio, querem de todas as formas aprovar mudanças nos direitos constitucionais estabelecidos principalmente nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal. Somam-se as iniciativas de propostas de emendas à Constituição (PEC) 038 e 215 que pretendem transferir para o Senado e Congresso Nacional, hoje majoritariamente composto por representantes do agronegócio, a competência de demarcar as terras indígenas, usurpando uma prerrogativa constitucional do Poder Executivo.

O modelo desenvolvimentista brasileiro objetiva disponibilizar os territórios indígenas, e de outros segmentos e comunidades tradicionais, para a exploração descontrolada dos bens naturais, a expansão do agronegócio e a implantação de grandes empreendimentos, principalmente energéticos (hidrelétricas) e de exploração mineral, e obras de infraestrutura: portos, estradas, linhas de transmissão etc. que comprometem a sobrevivência e continuidade física e cultural dos povos indígenas.

Para tanto, o Governo brasileiro paralisou o processo constitucional de demarcação de nossos territórios, aumentando gravemente os conflitos territoriais em várias regiões do Brasil. Nunca, em nossa história recente, vimos tantas lideranças ameaçadas de morte, comunidades inteiras incluídas em programas de proteção e no caso do estado em que moro, lideranças assassinadas a luz do dia, e com seus assassinos impunes. Meu estado concentra a maior quantidade de lideranças indígenas assassinadas na última década devido a luta pela terra. Ontem mesmo, uma liderança de meu povo, sr. Paulino, sofreu atentando e dos vários tiros que foi dado em seu carro, felizmente apenas um acertou sua perna e segue vivo. No meu estado, pelo menos 20 lideranças indígenas foram assassinadas na última década devido a suas lutas por territórios; outros 350 assassinatos no mesmo período resultam do processo de confinamento de nossos povos em pequenos territórios.

O povo Kaiowá e Guarani em meu estado, diante da falta de suas terras, contabilizaram desde de 2000 cerca de 690 suicídios, sendo que em 2013 foram 73 casos, o maior já registrado em 1 ano, dos quais 70% eram jovens.

Diante da inércia do governo, vimos uma cidade inteira se revoltar, alimentada pela desinformação, pelo racismo, contra o povo Tenharim no Amazonas.

O povo Tupinambá após vários casos de conflitos e ataques a suas comunidades, tem seu território militarizado, suas lideranças ameaçadas e impedidas de denunciar sua realidade.

Trazemos também a situação do Povo Kaingang que semana passada, teve 7 lideranças de seu povo presos no Rio Grande do Sul como resultado de ações de defesa da comunidade.

Há no Brasil uma virulenta campanha de criminalização, deslegitimação, discriminação e racismo contra os povos indígenas. Informações midiáticas são difundidas visando burlar os fatos reais e projetar inverdades que constituem uma verdadeira inversão de direitos. Na concepção deles, os povos e comunidades indígenas se constituem em invasores, subverteres da ordem e principalmente são obstáculos ao desenvolvimento nacional.

CONT.



O poder Executivo, por meio do Ministério da Justiça, tem atuado em convencer o movimento indígena a negociar nossos direitos, propondo graves mudanças no processo de demarcação de nossos territórios estabelecidos pelo Decreto 1775/96, tudo em favor dos interesses do latifúndio, do agronegócio e da reterritorialização do capital sobre as terras tradicionais dos povos indígenas.

Sobre o processo estabelecido pelo governo para regulamentar a convenção 169 da OIT no Brasil, a APIB se retirou das mesas de negociação porque, o próprio governo atropelou o encaminhamento publicando a Portaria 303/12, que desrespeita e desqualifica a Convenção e que em suma quer viabilizar seus megaprojetos em terras indígenas como por exemplo o fez em relação aos casos das hidro-eletricas Belo Monte e Tapajos, levadas a cabo sem um processo de consulta.

Para vossa informação, sobre a reunião de alto nível a ser realizada em setembro conhecida como Conferencia Mundial dos Povos Indígenas, venho afirmar que os povos indígenas no Brasil só souberam desta iniciativa este ano, através de um informe rápido que o Governo Brasileiro fez em reunião da CNPI e que há apenas 1 vaga; não houve por parte do governo brasileiro a realização de um processo de consulta, de construção coletiva e o esforço de garantir uma representatividade à altura do Brasil. Cabe ressaltar que o Brasil abriga 1/3 da diversidade de povos indígenas na América do Sul.

Face a esse quadro de agressões e regressão nos direitos indígenas, principalmente territoriais, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) recomenda ao Fórum Permanente sobre Direitos Indígenas, o quanto segue:

1. Que o Fórum Permanente envie urgentemente observadores ao Brasil para que acompanhem a realidade dos conflitos territoriais, situação ausente nos relatórios do governo.
2. Que o Fórum urja ao Brasil a retomada do processo constitucional de demarcação das terras indígenas, cuja paralisação tem ampliado gravemente os conflitos territoriais. Lamentavelmente o governo Dilma é o que menos tem demarcado terras indígenas. Portarias de identificação, declaratórias e Decretos de homologação não tem sido publicado, mesmo quando estes não possuem impedimentos judiciais, perpetuando a agonia dos povos indígenas.
3. Que o Fórum realize um Seminário Internacional em conjunto com o UNODC e UNHRC, sobre a Criminalização dos Povos indígenas e suas organizações, quando estes defendem seus direitos humanos e territoriais.
4. Que o documento final da reunião de alto nível em setembro, conhecida como Conferencia Mundial dos Povos indígenas, caso realizada, seja contundente quanto a implementação de ações efetivas nas distintas áreas de interesse dos povos indígenas, principalmente quanto a efetiva devolução e proteção dos nossos territórios tradicionais.

A APIB acredita que espaços como estes são fundamentais para que nossos povos tenham vidas melhores e por isso pedimos o apoio dos parentes indígenas de outras regiões do mundo, convidando-os a se somar conosco nesta luta pela vida.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 88/ 2014

Brasília, 21 de maio de 2014.

Eis o caminho para a construção de uma sociedade realmente democrática, multiétnica, pluricultural e justa.

Brasília – DF, 19 de maio de 2014.



Nota de desagravo ao posicionamento da Federação de Agricultura de SC com relação aos indígenas

SÍTIO CIMI, 20.05.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul, órgão vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com mais de 40 anos de atuação junto aos povos indígenas no Brasil e em Santa Catarina, vem a público demonstrar seu desagravo em relação à posição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc) contra os direitos indígenas, expresso no item 22 dos "Pontos Centrais da Pauta – 2014" que consta no documento Grito da Terra Brasil/2014 edição estadual, protocolado no último dia 13, na sede do governo do Estado de Santa Catarina, no qual se posicionam contra os direitos dos povos indígenas:

22. A Fetaesc apóia (sic) a iniciativa do Projeto de Emenda a Constituição da (PEC) 215 e pede sua aprovação. O texto modificado transfere ao Congresso Nacional a competência pela homologação de terras indígenas, hoje apenas da FUNAI.

O Cimi lamenta tal postura porque reconhece o empenho e compromisso da Fetaesc na defesa da agricultura familiar e da importância dessa prática na produção de alimentos e na defesa do meio ambiente, na qual apoiamos integralmente. Entendemos que se há alguém que impede e combate as práticas de agricultura familiar é o agronegócio e não os povos indígenas. O agronegócio, este sim, é o inimigo comum dos povos indígenas e dos agricultores. Foram esses setores que expulsaram os indígenas e milhares de agricultores de suas terras e que para preservar a integridade de suas grilagens forçaram o assentamento de camponeses em Terras Indígenas. O Cimi sempre defendeu a devolução das terras aos indígenas e a indenização e reassentamento das famílias camponesas que foram assentadas em seus territórios. Ressaltamos que em Santa Catarina, as terras indígenas reconhecidas oficialmente alcançam 0,81% do total do estado (77.709 ha de um total de 9.534.618 ha do território total de SC), porém, os indígenas estão de posse de apenas 36.780 ha, os outros 40.929 ha estão em disputas administrativas e/ou judiciais. É importante destacar que as terras indígenas são de uso coletivo e destinam-se à manutenção da sobrevivência física e cultural de povos, diferentemente das terras destinadas ao mercado.

Por fim, queremos deixar claro, que a posição do Cimi, da CNBB e do movimento indígena é contrária à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, pois ela é inconstitucional e fere a cláusula pétrea, além de ser um retrocesso aos direitos indígenas conquistados depois de 4 séculos de lutas. Se essa PEC for aprovada não vai melhorar em nada a vida dos pequenos agricultores, mas com certeza será declarada a extinção dos povos indígenas.

Chapecó, 16 de maio de 2014.



Indígenas fecham aterro sanitário de Miranda e reivindicam cuidados básicos com as comunidades

SÍTIO CAPITAL NEWS, 20.05.2014

Cerca de 100 índios fecharam na manhã desta terça-feira (20) a entrada do aterro sanitário da cidade de Miranda, interior de MS. De acordo com informações da assessoria da Prefeitura da cidade, a manifestação se dá devido a um problema numa ponte que liga algumas comunidades indígenas na região. Já o líder indígena Cacique Branco diz que as comunidades têm sofrido com o descaso que a atual gestão tem tido com a comunidade. "Estamos aqui para reivindicar nossos direitos. Algumas comunidades estão sem luz, sem água potável. Falta ônibus e as pontes estão caindo", disse que o Cacique.

A prefeitura de Miranda informou que representantes já estão no local para conversar e negociar a liberação da entrada do aterro sanitário da cidade, que está fechada desde as 6 horas da manhã de hoje. Sobre as reivindicações a Prefeitura informou que a ponte que está quebrada é de responsabilidade do Governo do Estado e que a prefeitura em momento algum deixou de assistir as comunidades indígenas da região com infra-estrutura.

Outra reivindicação seria a Secretaria de Assuntos Indígenas, que teria sido "abandonada" pela atual gestão. Flávio Mendes, assessor da prefeitura, informou que um vereador foi designado para essa questão e que algumas questões burocráticas entravam o andamento da Secretaria. "O vereador Pastor Márcio, da etnia terena, está à frente dessas questões. Por enquanto aguardamos algumas questões burocráticas serem resolvidas". A manifestação que acontece desde as 6h da manhã não tem previsão de término e segundo o líder indígena Branco, eles só irão liberar quando a Prefeita do município, Marlene de Matos Bossay (PRB), for até o local para conversar.

Fonte: Malu Cáceres - Capital News (www.capitalnews.com.br)



Ministério da Saúde inaugura cinco Polos-Base em Alagoas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.05.2014

Novas unidades beneficiarão 4.300 indígenas. O investimento na construção dos postos e compra de equipamentos é de R\$ 4,3 milhões

Quase 4.300 indígenas de Alagoas estão sendo beneficiados com a inauguração de cinco novos Polos-Base de Saúde implantados em municípios da região. O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), investiu cerca de R\$ 4,3 milhões na construção das unidades e na compra de equipamentos. Localizados em terras indígenas, os postos dão apoio aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e às Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena que atuam nas aldeias. Neles são realizados atendimentos médicos em diversas áreas, como saúde da mulher, da criança, do idoso, imunização, saúde mental, saúde bucal e vigilância alimentar e nutricional, entre outras.

O secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves, participou da inauguração das unidades, localizadas nos municípios de Água Branca, Feira Grande, Inhapi, Porto Real do Colégio e São Sebastião. Ele também visitou o Polo-Base Xokó, localizado no município de Porto da Folha (SE), e que atende a aldeia Ilha de São Pedro. O Ministério da Saúde investiu R\$ 94 mil na reforma do posto, que vai beneficiar 408 indígenas.

“Nosso grande desafio é garantir que a população indígena tenha acesso a um atendimento em saúde de qualidade. Estamos conseguindo melhorar a vida desses povos por meio do investimento em estruturas, além do trabalho das equipes multiprofissionais de saúde indígena composta por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas, psicólogos e nutricionistas”, destaca o secretário.

O DSEI Alagoas/Sergipe atende uma população de 13.098 indígenas situados em 29 aldeias. Os 12 Polos-Base que atendem a região estão distribuídos em dez municípios (nove em Alagoas e um em Sergipe). Sete profissionais do programa Mais Médicos atendem o DSEI e dois deles atuarão em unidades inauguradas esta semana.

Em todo o Brasil, cerca de 640 mil indígenas habitantes de aldeias em terras demarcadas recebem os cuidados da atenção básica do Ministério da Saúde por meio da Sesai. Mais de 15 mil profissionais compõem as equipes multidisciplinares de saúde indígena que visitam periodicamente aldeias em todo o Brasil. Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, odontólogos, psicólogos, nutricionistas, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento são responsáveis pelo atendimento aos indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 88/ 2014

Brasília, 21 de maio de 2014.

Índios desenham símbolos de times no topo da Serra Camararém, em Roraima
SÍTIO GLOBO ESPORTE, 20.05.2014

Clubes tradicionais do Brasil estão marcados na montanha localizada na Terra Indígena Raposa Serra do Sol: Flamengo, Botafogo, Corinthians, Palmeiras e Vasco



A paixão pelo futebol rompe barreiras religiosas, políticas e etnológicas. Um exemplo está na Serra Camararém, localizada na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no município de Uiramutã (RR), 360 km distante da capital roraimense, Boa Vista. No alto da montanha estão desenhados símbolos de grandes times do futebol brasileiro: Flamengo, Botafogo, Corinthians, Palmeiras e Vasco.

Além da grande distância para a capital roraimense, o acesso à Comunidade Indígena Camararém é feito na maioria das vezes por carro 4 x 4 ou helicóptero, devido à dificuldade de se chegar ao local. Os índios assistem aos jogos pela TV, pois há energia elétrica na região. E as crianças brincam com a bola no campinho improvisado.

O futebol é presente na comunidade, e os indígenas do local encontraram uma forma inusitada de demonstrar o amor por alguns dos grandes times do futebol brasileiro. Os desenhos no topo da Serra Camararém provam que o esporte mais popular do planeta pode estar presente em todos os locais.



Goeldi recebe mostra com fotos de tribos do Xingu datadas do século XX

SÍTIO G1, 20.05.2014

Exposição traz registros de indígenas feitos há 100 anos.

Povo Xipaya atualmente vive em uma área reduzida próxima a Altamira.

Há um século, em 1914, em meio à crise econômica da borracha, a alemã Emília Snethlage, então pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), fechou parceria com o Museu Real de Etnologia de Berlim e com a Sociedade Geográfica Berlinense para realizar uma expedição nos rios Tapajós e Xingu. Lá, Snethlage coletou objetos da cultura material dos povos Xipaya e Kuruaya, antes pouco conhecidos. Fotografias das peças antigas e produções atuais dos Xipaya estarão na exposição "Diálogos: os Snethlage e as Ciências Humanas no Museu Goeldi", que apresenta ainda o trabalho de Emil-Heirinch, sobrinho de Emília, sobre a linguística indígena amazônica. A exposição chega ao Pavilhão Domingos Soares Ferreira Penna, no Goeldi, em Belém.

A exposição é uma iniciativa do Museu Goeldi junto a Casa dos Estudos Germânicos/UFGPA e o povo Xipaya. Na abertura, dez representantes dos Xipaya estarão presentes para reforçar a importância de divulgar a sua cultura.

Na mostra, será apresentada parte da história dos povos da região dos rios Iriri e Curuá, na bacia do Xingu. Apesar de terem origens distintas, Xipaya e Kuruaya eram vizinhos na região do Baixo e Médio Xingu e tiveram intensas trocas culturais. Ao longo dos séculos, os embates com fazendeiros, seringueiros e castanheiros fez as populações reduzirem gradativamente. Em 2010, 84 pessoas se declaravam Xipaya e 159 Kuruaya. Algumas delas moram hoje em Terras Indígenas e na cidade de Altamira e lutam pelo reconhecimento de sua cultura.

Os Snethlage – Emília Snethlage chegou ao MPEG em 1905 para atuar na área da Zoologia, no estudo das aves (Ornitologia). Apesar de sua especialidade, ela contribuiu para as Ciências Humanas ao realizar expedições já nos anos 1908 e 1909 na região dos rios Tapajós e Xingu. Foi assim que ela conheceu as tribos indígenas Xipaya e Kuruaya, que a acompanhavam e auxiliavam nas pesquisas a campo, das quais resultou, além da coleta de exemplares de aves e de material cultural, a produção de um mapa detalhado dos cursos superiores dos rios Iriri, Curuá e Curuá.

Anos depois, em 1923, chegou ao Brasil o sobrinho de Emília, Emil-Heirinch, também com a intenção de estudar aves. Em uma viagem com a tia, acabou se interessando pela Etnologia, ao visitar os povos indígenas Jê e Tupi. De volta à Alemanha, foi contratado pelo Museu Etnológico de Berlim para documentar e reunir objetos etnográficos de povos indígenas do Alto Rio Madeira. Atualmente, este material está sendo reexaminado pelo Dr. Hein van der Voort, linguista do Museu Goeldi.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 88/ 2014

Brasília, 21 de maio de 2014.

Serviço

Exposição "Diálogos: os Snethlage e as Ciências Humanas no Museu Goeldi", no Pavilhão Domingos Soares Ferreira Penna (Rocinha) no Parque Zoobotânico. Valor da entrada do Parque: R\$2 (com meia-entrada).



Apresentada primeira etapa do projeto MAPEO

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.05.2014

Prioridade é elaborar expedição para percorrer lugares sagrados da história de origem dos povos que falam a língua tucano oriental

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) apresentou a primeira etapa do Projeto MAPEO -Criando Condições para Iniciativa de registro binacional (Brasil- Colômbia) da rota de transformação dos povos indígenas do Noroeste Amazônico. O evento aconteceu com a presença de representantes do Instituto, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). O objetivo do projeto é de proteger os bens culturais indígenas do Noroeste da Amazônia, na fronteira Brasil- Colômbia.

O acordo de intercâmbio cultural entre os dois países foi criado em 1963. Desde então, Brasil e Colômbia vêm criando mecanismos de cooperação e compartilhando interesses comuns na proteção da Amazônia.

As ações para resguardar a cultura indígena são de iniciativa dos dois países, sendo instituições governamentais, não governamentais e organizações próprias aos povos indígenas da região. O foco da proteção do patrimônio cultural está nas regiões das bacias da fronteira dos rios Caquetá/ Japurá, Negro/ Guinía e Alto Orinoco.

Foram quatro anos de pesquisas para que o projeto chegasse a sua primeira etapa. Foram várias reuniões em Leticia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil) para discutir a Cartografia Cultural no Noroeste Amazônico e os acordos técnicos de identificação e reconhecimento do patrimônio.

O resultado dos encontros foi uma agenda conjunta de trabalho entre os dois países. A prioridade foi a elaboração de uma expedição para percorrer os lugares sagrados da história de origem dos povos da região que falam a língua tucano oriental.

A segunda etapa do projeto deverá ser entregue em 2015. Os próximos passos serão refazer a viagem sagrada dos índios fortalecendo as ações de salvaguarda, para que sejam reconhecidos como elementos fundamentais para a preservação.

Fonte:

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



Nova vitória jurídica reafirma constitucionalidade do Decreto que trata da titulação de territórios quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.05.2014

TRF4 já havia afirmado a constitucionalidade do decreto em dezembro de 2013. Em nova decisão o tribunal aprofundou os argumentos a favor dos direitos quilombolas

Em Terra de Direitos

Recente decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) reafirma a constitucionalidade do Decreto 4887/03, que trata da titulação de terras quilombolas no Brasil. A nova decisão, que aprofunda os argumentos da constitucionalidade do decreto, veio de recurso (embargos de declaração) apresentado pela Cooperativa Agrária contra a decisão do TRF4 que, em dezembro de 2013, declarou, por doze votos a três, a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03.

Esse novo julgamento é importante para a defesa do direito à terra das comunidades quilombolas de todo o Brasil, pois derruba algumas das principais teses utilizadas pelo DEMOCRATAS para solicitar, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, a inconstitucionalidade do Decreto Federal 4887/03. O julgamento no STF teve início no ano de 2012, quando o ministro relator Cesar Peluso votou pela inconstitucionalidade. Outros dez ministros do Supremo Tribunal Federal ainda deverão votar, ou seja, a posição do STF acerca do tema ainda é incerta.

Neste contexto de tramitação da ADI, o julgamento do caso Paiol de Telha ganha uma dimensão nacional, que poderá influenciar outras decisões ligadas à titulação de terras quilombolas. A declaração de constitucionalidade do decreto é um avanço importante no processo histórico de afirmação e conquista de direito humanos dos povos tradicionais quilombolas do Brasil, além de influenciar positivamente o julgamento da ADI 3239.

Abaixo, seguem os principais pontos da decisão, destacando-se os argumentos utilizados pela Cooperativa Agrária e os fundamentos da decisão:

I) DEFESA PRÉVIA E PROCESSO DE TITULAÇÃO:

Cooperativa Agrária: Alegou que o Decreto Federal 4887/03 não possibilita o exercício do direito constitucional de defesa, pelos pretensos proprietários, no processo administrativo de titulação.

Tribunal Regional Federal 4ª Região: Decidiu que o Decreto Federal 4887/03 oportuniza, no tempo adequado, o direito de defesa a quem queira utilizar tal faculdade. Abaixo o trecho da decisão que se refere ao tema:

CONT.



"A feitura de um laudo antropológico para delimitação de área a ser objeto de desapropriação é, sim, um ato unilateral, pela simples razão de que precede a identificação dos proprietários que eventualmente guardem pretensões sobre áreas abrangidas na demarcação. O que a lei exige é que a defesa se faça prévia em relação ao ato expropriatório; não, em relação à demarcação inicial. Impossibilita nemo tenetur; não se há de exigir oportunidade de defesa em um momento em que sequer se sabe quem se atribui pretensos direitos sobre as áreas abrangidas pelo trabalho técnico.

É irrecusável a preocupação do redator do Decreto ora focado em abrir campo à defesa imediatamente após o trabalho administrativo de delimitação. Basta ler o art. 7º, inciso IV, § 2º, e o art. 9º para espantar quaisquer dúvidas. (...)

Assim, é infundada a alegação de que o processo administrativo instaurado pelo Decreto nº 4.887/2003 não permite nenhuma participação dos proprietários dos imóveis no curso do processo. Não há 'contestação póstuma'; sim, defesa facultada opportuno tempore."

II) DESAPROPRIAÇÃO – QUILOMBOLAS – CABIMENTO

Cooperativa Agrária: Alegou que não existe uma modalidade de desapropriação de terras que, no direito brasileiro, possibilitasse a desapropriação para fins de titulação dos territórios quilombolas.

Tribunal Regional Federal 4ª Região: Decidiu que as hipóteses legais já existentes se aplicam aos casos de titulação dos territórios quilombolas. Abaixo o trecho da decisão que se refere ao tema:

"A desapropriação prevista no decreto em comento pode ser enquadrada como desapropriação por interesse social, na inteligência do art. 215, parágrafo 1º, da CF."

III) PROPRIEDADE PRODUTIVA – VIABILIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO

Cooperativa Agrária: Alegou que as terras a serem desapropriadas são produtivas, e por tal situação não poderiam ser objeto de desapropriação.

Tribunal Regional Federal 4ª Região: Decidiu que o fato de a terra ser ou não produtiva não guarda qualquer relação com a desapropriação para fins de titulação dos territórios quilombolas. Abaixo o trecho da decisão que se refere ao tema:

"Concernentemente à alegação de ser a propriedade produtiva, ou de estar ela cumprindo sua função social, entendo que não se pode submeter direitos fundamentais ao jugo do poder econômico, principalmente quando albergados na Lei Maior. Não se está aqui cuidando de confisco de terras como castigo; apenas, de preservar áreas de interesse social, histórico e cultural mediante justa e prévia indenização. Laboram em equívoco os embargantes buscando socorro no art. 5º, XXIII, pois que, como é consabido, o escopo do redator constituinte quando da formulação do dispositivo foi exatamente o de limitar os poderes do proprietário em benefício do coletivo."



Boletim de Notícias - Edição nº 88/ 2014

Brasília, 21 de maio de 2014.

MPF/AM recomenda projeto de revitalização da cultura e língua do povo Kuanã
SÍTIO PR/AM, 20.05.2014

Medida busca garantir o direito à educação após a suspensão do Projeto Manaó, implantado em 2007

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) recomendou à Secretaria de Educação do Município de Manaus (Semed) que elabore, no prazo de 60 dias, um projeto de revitalização da cultura e língua do povo indígena da aldeia Kuanã, na margem esquerda do rio Cuieiras, zona rural de Manaus, e forneça os recursos necessários para a execução do projeto.

A medida foi adotada em função da suspensão do Projeto Manaó, implantado em 2007 pela Semed, que atuava junto ao povo indígena oferecendo formação de professores indígenas e certificação de conclusão das séries de ensino fundamental, ensino médio e magistério. O projeto foi paralisado pela falta de repasse de recursos ao longo de diferentes administrações municipais.

Para o MPF, a concretização dos processos próprios de aprendizagem é fruto do direito fundamental à educação dos povos indígenas, não cabendo ao gestor público decidir quanto à sua execução, já que se trata de ato vinculado às obrigações do poder público. Para os povos indígenas, a língua é elemento primordial da identidade étnica, essencial para garantia da sobrevivência cultural dos grupos, garantindo o registro da língua como bem cultural do patrimônio imaterial, ressaltou o procurador da República Julio José Araujo Junior, autor da recomendação.

A Semed tem o prazo de 10 dias úteis para se manifestar sobre a recomendação.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/MPF_AM



“Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos” terá lançamento em Salvador, dia 27/05

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.05.2014

Convite
LANÇAMENTO DO LIVRO
Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil
O Mapa de Conflitos

O evento contará com a presença de Tania Pacheco, que fará uma apresentação do Mapa de Conflitos, sintetizando ao mesmo tempo as análises apresentadas no livro, e de Diogo Rocha, um dos autores.

Mais informações:
Comissão Pastoral da Terra - CPT
Contato: 71 - 3328-4683/ 4672

Apoio:

Dia 27 de Maio, às 15 horas
Local: Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra - CDCN, Rua Ribeiro Santos (antiga Rua do Passo), 42 - Pelourinho.

O livro *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* será lançado em Salvador no dia 27 de maio, às 15 horas, no Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN (Rua Ribeiro Santos, 42 – Pelourinho). A publicação foi organizada por Marcelo Firpo Porto, Tania Pacheco e Jean-Pierre Leroy.

O livro é resultado do trabalho meticuloso e mundialmente pioneiro dos pesquisadores vinculados ao Projeto 'Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil', cujo processo de construção foi iniciado em 2008, sob a responsabilidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), com apoio do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde.

O Mapa visa dar visibilidade aos conflitos socioambientais provenientes das lutas contra as injustiças e o racismo ambiental nos territórios, contrapondo-se à lógica antidemocrática, que restringe o exercício da cidadania dos povos e comunidades atingidos por projetos de desenvolvimento, os quais são considerados pelas forças hegemônicas como entraves ao desenvolvimento e não sujeitos de direitos. O livro, por sua vez, apresenta em oito artigos o Mapa de Conflitos, sua concepção e metodologia, e traz análises e conclusões sobre os diferentes embates nele mapeados, bem como sobre alternativas para o futuro.



A Transamazônica e seu trágico legado

SÍTIO THE WALL STREET JOURNAL, 20.05.2014

Por JOHAN LYONS, de Humaitá, Amazonas

Em um dia abafado de fevereiro, uma busca feita pela polícia em uma reserva indígena na Amazônia resultou numa descoberta aterradora: os corpos de três homens vistos pela última vez dirigindo em direção à reserva pela Transamazônica, a polêmica estrada que corta as profundezas da floresta desde a década de 70.

A descoberta gerou pistas sombrias em um caso de assassinato que colocou a cidade amazônica de Humaitá contra a reserva indígena Tenharim, 130 quilômetros ao leste. A polícia prendeu seis índios Tenharim, que foram acusados na semana passada de assassinato —os seis negam as acusações e aguardam julgamento. Em Humaitá, onde duas das vítimas moravam, a polícia diz que os habitantes se revoltaram e atearam fogo em uma clínica de saúde e uma agência de assistência social a indígenas. E ameaças de mais violência estão em todas as conversas, dizem residentes locais.

O triplo assassinato expõe um legado preocupante da rodovia amazônica. Quatro décadas depois de o governo brasileiro abrir quase 4.000 quilômetros de estrada no vasto interior da floresta, a Transamazônica continua a ser uma fonte de tensão entre os novos exploradores que vieram com ela e os índios que vivem em seu trajeto. E essas tensões transbordaram à medida que o Brasil dá um novo impulso para o desenvolvimento da maior floresta tropical do mundo.

Algumas dessas tensões estão vindo à tona agora porque a região Amazônica — que tem o mesmo tamanho que a Europa Ocidental — passou por um boom populacional notável, crescendo 50% em duas décadas, para 25 milhões de pessoas, à medida que minas e propriedades para a produção de gado e soja atraem migrantes. Trabalhadores chegam aqui para ajudar a pavimentar estradas e construir uma série de grandes hidrelétricas planejadas para os grandes rios da região.

Ao mesmo tempo, as populações indígenas, que já foram dizimadas por doenças, estão voltando a crescer. Com uma maior taxa de natalidade e melhor acesso a cuidados médicos, o número de índios vivendo em reservas está aumentando a um ritmo quase quatro vezes maior que a taxa anual de crescimento populacional em geral; interesses divergentes dessas duas populações colidiram em várias etapas do desenvolvimento da região.

A tribo Kayapó, que se opôs à Transamazônica, por exemplo, está liderando protestos contra a construção da gigantesca barragem de Belo Monte, perto da cidade de Altamira, onde a rodovia foi inaugurada em 1970. Mais a oeste na Transamazônica, perto da cidade de Jacareacanga, a tribo Mundurucu formou milícias para expulsar garimpeiros ilegais de suas terras. A Polícia Federal diz que não monitora os números de crimes por disputas territoriais,

CONT.



mas o Conselho Indigenista Missionário, um grupo de defesa dos direitos dos índios da Igreja Católica que se opõe ao desenvolvimento da Amazônia, diz que cerca de 450 índios foram mortos entre 2003 e 2010, muitas vezes em brigas por direitos sobre questões de propriedade e outras disputas.

Lidar com os conflitos da Amazônia passou a ser prioridade para a presidente Dilma Rousseff, que prometeu durante a campanha há quatro anos levar mais desenvolvimento à Amazônia e tenta a reeleição este ano. No rescaldo dos assassinatos e do motim em Humaitá, Dilma mandou um general do exército e dezenas de soldados para manter a paz na pequena cidade.

Tal policiamento, porém, é raro na região, onde a justiça paralela pode ser tão relevante quanto a legal. Cerca de 250 agentes são responsáveis por cuidar dos crimes federais em todo o Estado do Amazonas, onde os assassinatos ocorreram.

Na verdade, os três homens assassinados ficaram desaparecidos por dez dias, até que a Polícia Federal dirigiu seis horas em estradas de terra e usou dois barcos para procurá-los na reserva. Isso ocorreu após moradores enfurecidos de Humaitá terem se insurgido para exigir uma investigação, diz a polícia, e ateados fogos na sede local da Fundação Nacional do Índio, a Funai, numa clínica de saúde para os índios, barcos e mais de dez caminhonetes, numa noite de incêndios que fez com que índios e funcionários da Funai fugissem para salvar suas vidas.

As tensões mais recentes "mostram bem tragicamente as complexidades do desenvolvimento moderno da Amazônia", diz o especialista na região David Cleary, do grupo de proteção ambiental The Nature Conservancy. Com as populações indígenas em expansão, diz ele, as relações com os colonos podem se tornar mais difíceis enquanto o papel que o governo desempenha não fica claro. "De repente, tudo sai do controle e as pessoas estão mortas."

Construída a um custo de US\$ 500 milhões, pelo câmbio de hoje, a Transamazônica foi uma peça central para a estratégia do governo militar que comandou o país entre 1964 e 1985 para povoar a Amazônia com os pobres brasileiros. O slogan era "terra sem homens para homens sem terra". A percepção comum é que poucas tribos estavam no caminho da estrada.

"Se você voltar o filme, a crença era que os índios que [os construtores da estrada] poderiam encontrar pelo caminho seriam poucos e seriam rapidamente assimilados", diz Steve Schwartzman, diretor do Fundo de Defesa do Meio Ambiente, uma organização de Washington que trabalha com questões envolvendo conflitos na Amazônia desde os anos 80.

Essa percepção se mostrou um engano. A construção da rodovia incitou um desastre humanitário, à medida que índios de mais de uma dezena de tribos que viviam na rota da estrada começaram a morrer de gripe e outras doenças. A questão das doenças foi agravada pela escravidão por dívidas, prostituição e álcool, dizem antropólogos. Com o tempo, o governo brasileiro admitiu muitos dos erros, tentando corrigir alguns ao demarcar reservas indígenas. "Houve escravidão na abertura da Transamazônica, e morte", diz Antonio Tenharim, porta-voz da tribo Tenharim.

Hoje, os índios Tenharim têm um pé no passado e outro no presente. Em torno do vilarejo, os
CONT.



membros da tribo usam roupas ocidentais, mas falam sua própria língua. Os homens usam remos de canoas para mexer mandioca, que é assada em tonéis em grandes fogueiras. Não há serviço de telefonia disponível, mas um remoto transmissor pago pelo governo oferece ao vilarejo acesso à internet. A melhor forma de entrar em contato com os líderes Tenharim é pelo Facebook FB +0.84% .

Mas os líderes tribais dizem que eles também precisam de outras ferramentas atuais, como eletrodomésticos, combustível e educação superior. "Eu preferia viver isolado aqui", diz Humberto Tenharim, um membro da tribo de 24 anos que estava usando uma camiseta preta da banda de heavy metal White Snake. Mas como a rodovia trouxe mudanças, "os índios não podem viver exatamente como antes", diz ele. "Precisamos ir para a cidade para comprar comida, para comprar roupas, para estudar."

Ao longo dos anos, muitos índios da Amazônia conquistaram diplomas universitários e trabalham no setor governamental. Mas, precisando de dinheiro, algumas tribos fizeram alianças com madeireiros e mineradores de ouro ilegais, permitindo que atuassem em suas terras, dizem as autoridades. Em 2006, os índios Tenharim decidiram começar a cobrar um pedágio— US\$ 30 por caminhão e US\$ 10 por automóvel— na Transamazônica, nos pontos onde ela corta suas terras. O pedágio é ilegal, o que a tribo não questiona, mas diz que é justificável como compensação pelas doenças que a estrada trouxe. As autoridades acabam permitindo a situação.

Em Humaitá, a população local considera o pedágio uma extorsão. O pagamento reforça a opinião que os moradores têm de que as instituições governamentais, como as responsáveis pela aplicação das leis, ignoram a Amazônia. De acordo com pessoas que dirigiram pela região, o ambiente na remota rodovia pode ser tenso, especialmente à noite, com jovens índios Tenharim circulando pela área, alguns consumindo bebidas alcoólicas e até mesmo portando armas.

Atualmente, a rodovia é um cenário de crimes. A polícia afirma que cinco integrantes da tribo balearam e enterraram três homens que chegaram a Humaitá na manhã de 16 de dezembro. Caio Paiva, o defensor público que representa os índios acusados, diz que o caso da polícia federal contra os seus clientes não é sustentável. Ele pretende questionar, por exemplo, a dependência dos investigadores da polícia de informantes anônimos em vez de provas concretas. "Nenhuma das evidências deles prova que esses homens mataram alguém", diz Paiva.

Situada na junção entre a Transamazônica e o Rio Madeira, a cidade de Humaitá é um centro movimentado que junta madeireiros, fazendeiros, garimpeiros, pescadores e outros colonos da região. Conforme crescem as tensões com os índios, a população local se queixa que os líderes Tenharim estão comprando caminhonetes caras, enquanto os índios dizem que sofrem com o racismo na cidade, onde alguns se referem à sua língua simplesmente como "Blablalalala".

A situação começou a se deteriorar em 2 de dezembro, quando o chefe Ivan Tenharim, de 45 anos, supostamente caiu da sua moto e morreu a caminho da sua casa, vindo de uma localidade conhecida como "180", no extremo leste da reserva. A polícia e os membros da tribo

CONT.



que encontraram o líder morto dizem que ele caiu da moto e bateu a cabeça.

Mas, enquanto lamentavam a morte de seu chefe, alguns membros da tribo começaram a especular se talvez os colonos que se opõem à cobrança do pedágio não tinham algo a ver com a sua morte, segundo pessoas que ouviram comentários a respeito.

Poucos dias após a morte, o diretor regional da Funai, Ivã Bocchini, escreveu um comunicado no site da fundação afirmando que a morte era suspeita. Numa coletiva de imprensa realizada posteriormente, militares que investigava o caso mencionaram o post, dizendo que poderiam ter ratificado as suspeitas da tribo sobre a morte do seu líder. A teoria dos investigadores é que a opinião de um alto funcionário da Funai tem um peso extraordinário entre os membros que dependem amplamente da entidade.

Em uma entrevista publicada em 9 de fevereiro pela revista Carta Capital, Bocchini disse que nunca afirmou que o líder tinha sido assassinado. Em vez disso, disse que seu "texto tentou dar voz aos índios", o que afirma que era uma obrigação do seu trabalho. As autoridades da Funai não permitiram que Bocchini fizesse comentários adicionais.

A polícia alega que, apenas uma semana após o comunicado de Bocchini, um índio Tenharim matou três colonos que pararam no pedágio num Volkswagen VOW3.XE +0.47% preto de quatro portas. Apesar de mal se conhecerem, as vítimas eram todas chefes de família que trabalhavam no setor de serviços que está tomando corpo em Humaitá — e que contraria a típica imagem de uma terra de madeireiros ou fazendeiros.

Stef Pinheiro, um professor de 43 anos, estava dirigindo seu primeiro carro, o Volkswagen preto, comprado um dia antes em Humaitá. "Era a primeira vez que Stef estava dirigindo seu próprio carro na Transamazônica", disse a viúva da vítima, Irisnea Azevedo, de 36 anos.

No banco do passageiro estava Luciano Freire, um vendedor de 29 anos que tinha ajudado a fechar a compra do carro. No banco traseiro estava Aldeney Ribeiro, gerente da companhia de energia local. Ribeiro tinha pegado carona com os demais em uma balsa, cerca de uma hora antes.

Dar carona a Ribeiro pode ter sido uma decisão fatal. De acordo com a decisão de um juiz que recusou o pedido de fiança dos cinco acusados no caso, a polícia alega que um olheiro Tenharim o escolheu como um possível alvo de vingança, enquanto Ribeiro aguardava pela balsa na Transamazônica. Pelo rádio, passou informações sobre o carro com o qual ele entrou nas terras da tribo.

A Polícia Federal e os promotores se recusaram a comentar porque o caso corre em segredo. Carlos Terrinha, advogado das famílias das vítimas, diz que Ribeiro se tornou um alvo porque ele era conhecido na tribo e já tinha sofrido ameaças dos índios antes, quando tentou cobrar a tarifa pelo uso de eletricidade. Os integrantes da tribo dizem que os índios não têm nenhum envolvimento com os assassinatos.

A noite de Natal chegou e Ribeiro já estava desaparecido há mais de uma semana. As

CONT.



autoridades de Humaitá afirmaram que pediram à Polícia Federal para que fizesse buscas na reserva. Receberam como resposta que não haveria ninguém disponível antes do Ano Novo, segundo Terrinha. A Polícia Federal não quis comentar.

Fartos, os moradores de Humaitá se rebelaram no dia de Natal. No dia seguinte, um grupo de colonos da região chamada "180" incendiou o posto de pedágio, o que fez com que policiais e soldados fossem para o local no dia seguinte. Poucos dias depois, a equipe de busca encontrou partes do carro na reserva. Após outro mês, com um cão farejador de cadáveres procurando as vítimas na lama, os corpos foram encontrados.

Agora, a missão é aliviar a tensão entre os índios que temem ir à cidade e os colonos receosos de cruzar a Transamazônica. Por ordem da presidente Dilma, o Exército desativou o pedágio depois que os corpos foram encontrados. Liderados pelo coronel Marcio de Gôyes Alves, que comanda a divisão regional do Exército, um grupo de soldados fez a segurança de 45 índios Tenharim enquanto eles faziam compras e outros serviços em Humaitá. Os militares portavam rifles, sinalizando à população que os índios não deviam ser deixados em paz.

O coronel Alves diz que acredita que a paz voltará a reinar em breve na região. Mas Terrinha, o advogado, não tem tanta certeza. Ele tem receio do que pode ocorrer quando os homens armados se forem. "Meu medo, infelizmente, é que deve haver alguns acertos de contas", diz.



Posição da Hutukara Associação Yanomami sobre a mineração em terras indígenas
SÍTIO CIMI, 20.05.2014

Davi Kopenawa Yanomami
Presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY)

Vocês, brancos, dizem que nós, Yanomami, não queremos o desenvolvimento. Falam isso porque não queremos a mineração em nossas terras, mas vocês não estão entendendo o que estamos dizendo. Nós não somos contra o desenvolvimento: nós somos contra apenas o desenvolvimento que vocês, brancos, querem empurrar para cima de nós. O desenvolvimento que vocês falam em nos dar não é o mesmo que conhecemos: vocês falam em devastar a nossa terra-floresta para nos dar dinheiro, falam que somos carentes, mas esse não é o desenvolvimento que nós conhecemos. Para nós desenvolvimento é ter nossa terra com saúde, permitindo que nossos filhos vivam de forma saudável num lugar cheio de vida.

Nós Yanomami entendemos muito bem sobre esse assunto e ficamos apenas preocupados com aqueles que dizem representar todo nosso povo e pedem por mineração. São pessoas que ficam pensando como as mineradoras funcionam, pensam que elas não devastam a floresta, mas não entendem o que realmente vai ocorrer. A mineração não é como o garimpo, não são pessoas que entram na floresta e degradam apenas algumas regiões. A mineração precisa de estradas para transportar os minérios, precisa de grandes áreas para guardar a produção, precisa de locais para alojar os funcionários, fará grandes buracos na terra que não deixarão a nossa floresta voltar a se recuperar.

Entendemos como as mineradoras atuam, nãoensem que confundimos seu trabalho com o dos garimpos. Conhecemos muito bem a diferença, morremos muito na época do garimpo ilegal em nossa terra, sabemos as diferenças. Sabemos que as mineradoras vão precisar de energia para funcionar. De onde virá essa energia para fazer as máquinas funcionarem? Como vocês transportarão os minérios? Quando os minérios mais valiosos terminarem e as mineradoras forem embora, o que acontecerá com os trabalhadores que foram até a terra indígena? Quando transformarem e produzirem minério, quais são os resíduos que podem contaminar nossa terra por muito tempo?

Vocês falam que somos pobres e que nossa vida vai melhorar. Mas o que vocês conhecem da nossa vida para falar o que vai melhorar? Só porque somos diferentes de vocês, que vivemos de forma diferente, que damos valor para coisas diferentes, isso não quer dizer que somos pobres. Nós Yanomami temos outras riquezas deixadas pelos nossos antigos que vocês, brancos, não conseguem enxergar: a terra que nos dá vida, a água limpa que tomamos, nossas crianças satisfeitas.

Vocês brancos pensam que nós somos pássaros, ou somos cotias, para nos darem apenas o direito a comer os frutos que nascem em nossas terras? Não pensamos as coisas de forma dividida, pensamos na nossa terra-floresta como um todo. Se vocês destruírem o que está abaixo do solo, tudo que está acima também sofrerá.

CONT.



Não estamos preocupados apenas com o que vai acontecer com os povos indígenas. Vocês pensam que os brancos não serão afetados? Vocês não aprendem com o que está acontecendo no mundo? Está ficando mais quente, em outros lugares o clima está mudando, os grandes rios estão morrendo, os animais também estão morrendo e todos estão sofrendo. Vocês ainda não aprenderam que esse tipo de desenvolvimento pode matar todos nós?

Não somos apenas nós, povos indígenas, que vivemos na nossa terra. Vocês querem perguntar a todos os moradores da floresta o que eles acham sobre a mineração? Então perguntem aos animais, às plantas, ao trovão, ao vento, aos espíritos xapiri, pois todos eles vivem na floresta. A floresta também pode se vingar de nós, quando ela é ferida.

Sabemos que as leis do Brasil dizem que o subsolo da terra pode ser explorado. Mas queremos garantir nosso direito de escolher o que é melhor para nós, como as próprias leis brasileiras garantem. Não pensamos que todos os povos indígenas são contra a mineração: alguns não querem, outros querem. Mas queremos que seja discutido primeiro o Estatuto das Sociedades Indígenas, porque as palavras do nosso Estatuto já estão muito velhas. Queremos isso para garantir nosso direito de escolher.

Nós sabemos que existem muitos interesses, mais fortes do que políticos, para fazer a mineração em nossa terra. São interesses de quem tem muito dinheiro, de quem quer ganhar muito mais dinheiro. Nós sabemos que não querem nos ajudar, eles dizem apenas que querem nos ajudar, que farão escola, darão assistência à saúde, darão luz, mas sabemos que por trás dessas palavras falsas está o desejo de fazerem crescer seu dinheiro. Eles podem enganar outras pessoas, mas não nos enganam.

Nós Yanomami não queremos mineração, não queremos que ela seja feita em nossa terra. Nós já nos manifestamos contrários à Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), que o governo criou, mas resolveu ignorar criando, depois, a Comissão Especial para discutir a lei de mineração em terras indígenas. Se vocês brancos mostrarem um lugar onde os povos indígenas vivem realmente bem com a mineração, um lugar onde vivem com saúde, respeitando suas culturas, onde os brancos os ajudem de forma correta e não os enganem ao darem dinheiro, onde os indígenas não passem fome e onde não passem sede, se virmos esse lugar, do mesmo tamanho que nossa terra-floresta, nós Yanomami podemos voltar a discutir esse assunto.

Vocês estão realmente escutando nossas palavras? Vocês, brancos, realmente escutaram nossas palavras, as palavras do povo da floresta?



PGR recorre ao Supremo para manter julgamento dos crimes contra meninas indígenas na Justiça Federal

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 21.05.2014

A Procuradoria Geral da República, em Brasília, ingressou com o recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF) para manter na Justiça Federal do Amazonas a competência de julgar os dez réus da Operação Cunhantã acusados de explorar sexualmente meninas indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, na fronteira do estado com a Colômbia.

Conforme publicou a agência Amazônia Real, em abril último o Superior Tribunal de Justiça (STJ) mandou remeter a ação penal, que tramita em sigilo, à Comarca do Município de São Gabriel da Cachoeira. A Corte entendeu que o argumento da Justiça Federal ficou mantido na "hipotética ofensa ao patrimônio moral e cultural da comunidade indígena" e que os crimes contra as meninas "não foram consumados na terra indígena".

"A Justiça Federal é mais competente porque não está envolvida nas questões regionais ou estaduais", afirmou o subprocurador-geral da República, Oswaldo José Barbosa Silva.

Em entrevista à agência Amazônia Real nesta terça-feira (20), o subprocurador-geral da República Oswaldo José Barbosa Silva disse que o STJ entende que a Justiça Federal só julga quando o crime é contra a coletividade indígena, afetando seus costumes e hábitos.

"Nós recorremos porque entendemos que a competência é Federal no sentido de que o crime afetou a estrutura da cultura e a coletividade da etnia. Qual é diferença das posições do STJ e da PGR? A questão indígena é nacional e não estadual, tanto que o órgão responsável pela política indigenista é a Funai, um órgão federal. A população não indígena, que detêm as estruturas do poder na região, tem um certo preconceito com os índios em geral. A Justiça Federal é mais competente porque não está envolvida nas questões regionais ou estaduais", afirmou Oswaldo José.

O subprocurador geral da República disse que antes de chegar ao Supremo Tribunal Federal, o recurso extraordinário será analisado pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Felix Fischer. O STJ é o foro competente para legitimar o recurso. Se o presidente aceitar o recurso, a matéria segue para o STF. "O ministro-presidente do STJ precisa admitir o recurso. Se não admitir (aceitar), temos que ingressar com um agravo (recurso) no STF", afirmou o Oswaldo José Barbosa Silva.

Os dez réus da Operação Cunhantã (que significa menina na língua tupi) foram presos pela da Polícia Federal, em maio de 2013. Entre eles, há duas mulheres indígenas e oito homens não indígenas: são comerciantes, ex-vereador, servidores públicos, militares do Exército brasileiro. Quatro homens continuam presos preventivamente em Manaus, sendo três em cadeias públicas, e um no domicílio.

Os casos de violência sexual contra as crianças e adolescentes foram denunciados em 2008

CONT.



pelo Conselho Tutelar de São Gabriel da Cachoeira e pela missionária católica Giustina Zanato, mas só em 2012, quando a PF assumiu as investigações a pedido do Ministério Público Federal no Amazonas, é com os acusados começaram a ser investigados e punidos.

Conselheiras e meninas foram ameaçadas de morte por acusados

Os réus são acusados de manter relações sexuais com as meninas indígenas virgens, com idades entre 9 anos e 14 anos, em troca de dinheiro, presentes, alimentos e bombons. Segundo a investigação, eles são pessoas com poder econômico que se aproveitaram da situação de pobreza das garotas.

De acordo com a PF, 16 meninas indígenas prestaram depoimentos contando que sofreram os estupros. Elas são das etnias tariano, wanano, tukano e baré. Moram nas áreas mais pobres da periferia de São Gabriel da Cachoeira, cidade na qual 90% da população é formada por índios.

Durante as investigações, quatro garotas foram ameaçadas de morte, assim como os conselheiros tutelares e a missionária católica, irmã Giustina Zanato. Ela foi enviada para Moçambique, na África, por medida de segurança.

Os crimes imputados aos réus são estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento da prostituição de vulnerável, rufianismo (tirar proveito da prostituição alheia) e coação no curso do processo.

Dois homens são acusados de crime previsto no art. 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente: "adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente".

Depois da decisão do STJ o medo voltou na cidade

A decisão do STJ que mandou a ação penal para ser julgada na Comarca de São Gabriel da Cachoeira repercutiu negativamente nas organizações de direitos humanos e da defesa da criança e do adolescente. Conselheiros tutelares e muitas garotas estão com medo. A Justiça local pode libertar os quatro acusados, que continuam presos.

A irmã Giustina Zanato disse à agência Amazônia Real que a juíza Tânia Granito, titular da Comarca de São Gabriel da Cachoeira, foi comunicada das denúncias, mas não deu atenção ao problema com as crianças. "Não vamos desistir de dizer para esta Nação que acreditamos na Justiça desta terra, mesmo sabendo que às vezes é inaceitável aquilo que estamos vendo. Acredito que no STF seja revertida esta sentença. A Juíza Tânia nunca deu atenção aos problemas maiores, foi isso que aconteceu com outros casos", afirmou a missionária.

Renato de Almeida Souto, coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos – Regional Norte, diz que os crimes contra as meninas ofenderam a dignidade sexual delas e a identidade cultural da comunidade.

CONT.



“O MNDH entende que o Tribunal de Justiça da Comarca do Município de São Gabriel da Cachoeira não possui competência para julgar crimes sexuais em que crianças e adolescentes figuraram como vítimas, e dentro do dispositivo legal o caso de estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do Código Penal. Dessa forma, o MNDH entende que este caso seja de competência federal e criminal”, disse Souto.

“A cultura indígena não contempla a troca de sexo por dinheiro!!!”, afirmou o deputado estadual Luiz Castro.

O deputado estadual Luiz Castro (PPS-AM), integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de exploração sexual contra crianças e adolescentes do Amazonas, também discorda da decisão do STJ.

“Sua fundamentação jurídica é falha, descontextualizada, demonstrando um desconhecimento fático impressionante do Brasil real, da nossa Amazônia. Os pais das meninas indígenas moram na cidade, mas mantêm hábitos originários de culturas ancestrais. Fatores exógenos afetam essas culturas, especialmente o péssimo costume de aliciar e explorar sexualmente as meninas. Inclusive porque a cultura indígena não contempla a troca de sexo por dinheiro!!!”, afirmou o deputado.

A juíza Tânia Granito não foi localizada nesta terça-feira (20) para comentar a decisão da PGR de recorrer da decisão do STJ. Em entrevista anterior ela negou que recebeu denúncias sobre os casos de exploração sexual de meninas indígenas. “Alguém falou que tinha um esquema montado (de exploração sexual). Mas nunca recebi denúncia”, disse a juíza Tânia Granito.

Defesa de três réus diz que eles são inocentes

O advogado Felipe Jucá, que defende três réus na ação penal da Operação Cunhantã, entre eles as duas mulheres indígenas, disse que seus clientes negam os crimes contra as meninas indígenas. Segundo ele, os réus, que estão em liberdade, são pessoas simples e de “parcos recursos financeiros”.

“Em virtude do segredo de justiça, me limito a dizer que interessa a celeridade do andamento do processo para que possamos provar a inocência dos réus, que deveria ser presumida. Tenho a impressão que inverteram o ônus da prova”, disse.

Sobre a decisão do STJ, o advogado Felipe Jucá afirmou que o MPF tem todo o direito de recorrer das decisões que contrariam o entendimento do órgão. “Estão fazendo o trabalho que lhes cabe. No entanto, não coaduno do mesmo entendimento quanto ao foro competente para julgamento, assim como não coaduno com a impunidade daqueles que praticam delitos dessa natureza”, disse.

Para Felipe Jucá, a declinação da competência da esfera federal para a estadual não significa pouco caso, muito menos sinaliza impunidade. “O processo não foi arquivado, a persecução penal continua, mas agora passará para o juízo da Comarca de São Gabriel da Cachoeira, não

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 88/ 2014

Brasília, 21 de maio de 2014.

caberá mais ao juiz federal processar e julgar estes fatos. É uma questão puramente técnica, de direito, que talvez seja de difícil entendimento para quem não seja um profissional da área jurídica. Ao juiz federal cabe julgar as infrações penais cometidas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União (art. 109, IV da Constituição da República), o que não é o caso”, disse.

O advogado disse ainda que os crimes não foram contra a comunidade indígena. “A vítima, no caso em tela, não é a coletividade indígena, são pessoas certas e determinadas. Este foi o motivo de atração da competência para que a Justiça Estadual passe a analisar o feito. Não são direitos indígenas que estão em análise, o que se apura é se houve ofensa à dignidade e liberdade sexual de algumas adolescentes. Tenho como justa e acertada a decisão do Superior Tribunal de Justiça”, afirmou Felipe Jucá.



Dupla Xavante lança o CD Tsidupo nesta quinta na Casa do Parque

SÍTIO COMUNICAÇÃO IMPARCIAL, 21.05.2014

Heitor Villa-Lobos incorporou ao seu repertório musical o som das aldeias. Miguelio Hãwi e Paulo Rãirité fazem o percurso inverso: levam o som da cidade para a aldeia.

De forma brilhante, tal qual o maestro e compositor carioca, a dupla formada por índios da etnia Xavante, autodenominada A'uwé, da aldeia Santa Clara, terra indígena Parabubure, em Campinópolis (MT), lança o CD Tsidupo às 19 horas desta quinta-feira (22) na Casa do Parque, em Cuiabá. A entrada é gratuita.

O local estará totalmente ambientado para a apresentação da dupla Xavante, o que inclui, além de artesanato e indumentárias indígenas, fotos produzidas e cedidas por Antônio Carlos Banavita.

Vai ser uma verdadeira viagem ao rico e exótico universo musical indígena, que começa a sair do anonimato para surpreender e encantar os apaixonados pela diversidade cultural e que moram na cidade.

A idealizadora da Casa do Parque e produtora de Tsidupo, Flávia Salem, confessa seu encantamento pelo material e o prazer de lançar a dupla no espaço cultura mais eclético de Cuiabá.

"A Casa do Parque se transformará num mágico espaço Xavante por um noite... Tenho certeza que a plateia se sentirá privilegiada em assistir a apresentação ao vivo de Miguélio e Paulo como eu me senti ao transformar as lindas canções que conheci através da Anna Ribeiro e do Xisto neste cd que será lançado.

É uma oportunidade ímpar conhecer a meiguice que existe ao lado do instinto guerreiro dos Xavantes. Estou muito feliz em participar deste projeto", observa.

Tão satisfeito está o produtor rural José Pupin, patrocinador oficial do CD. "Investir num trabalho tão delicado e inédito como este é ter a consciência da importância da imortalização da nossa cultura, de nossas raízes.

O grupo Pupin sempre cumpriu com sua parcela de responsabilidade social por meio do Instituto Antônio Pupin e contribuir com os irmãos indígenas só vem a enriquecer nossa história", afirma José Pupin.

A historiadora Anna Maria Ribeiro Costa relata que o universo da música indígena Xavante, ainda tão pouco explorado pelos não indígenas, se faz presente na composição dos primos da dupla Tsidupo, que intercalam às suas vozes instrumentos musicais tradicionais – flauta e chocalho – e o violão.

CONT.



Em 2008, ano de nascimento da dupla, Miguelio iniciou seus estudos musicais em Rondonópolis, momento em que reconheceu sua paixão pelo violão, adquirido em Barra do Gargas com recursos próprios.

É Miguelio quem declara: “amei o violão”. O sopro e a percussão produzidos por Paulo Rãirité unem-se à vibração das cordas do violão de Miguelio Hãwi e suas vozes nos conduzem a uma atmosfera de encantamento.

O tsidupo, instrumento musical de sopro formado por dois tubos que se unem por um cordel de algodão, detalha Anna Maria Ribeiro da Costa, traz na sequência ligeira das notas musicais a lembrança do canto do inhambu.

Sua melodia encanta as máscaras usadas no ritual de preparação masculina, nas sessões de cura, na confecção de flechas e também nas expedições de caça e coleta nos locais onde há taquaras em abundância, matéria-prima destinada à sua confecção.

O dzo, instrumento musical de percussão, é considerado pela sociedade Xavante como um importante símbolo de posição social. Pertencente aos homens de idade avançada, ao ser entoado exige o respeito dos ouvintes.

Cabaça e haste de madeira são unidas por um preparado de base vegetal com propriedades mágicas. Acreditam os índios que seu dono está protegido de doenças.

Mas, o dzo precisa das vozes masculinas para existir. É avistado principalmente nos rituais do Way'á, de nominação das mulheres e da corrida de toras de buriti.

Flauta e chocalho acompanham o violão de Miguelio que empresta ao som do cerrado e das matas os acordes do mundo urbano.

A dupla Tsidupo, de Miguelio e Paulo, apropria-se de maneira singular dos conhecimentos milenares de seu povo e daqueles apreendidos com gentes das cidades para compor as letras de suas músicas.

Paixões, amores proibidos, desamores, a jovialidade e a beleza femininas, a enfermidade, a saudade de quem partiu e as influências citadinas são fontes de inspiração para suas composições musicais. Aldeia e cidade unem-se em nome da sensibilidade musical dos músicos.

Se a presença feminina na confecção da flauta tsidupo se apresenta na sutileza da fiação de suas cordas de algodão tingidas de vermelho urucum, é pela dupla Miguelio e Paulo que o público começa a conhecer os segredos milenares do povo Xavante, fortalecendo o diálogo entre almas tão diferentes, mas que dão sentido a este Brasil multicultural.

A Casa do Parque está localizada na Rua Marechal Severiano de Queiroz, nº 455, bairro Duque de Caxias, Cuiabá-MT, próximo à entrada dos fundos do Parque Mãe Bonifácia.

Fonte: Sandra Carvalho em colaboração - 24 Horas News.



Comunidade de Feira Grande ganha polo de saúde indígena

SÍTIO ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS, 21.05.2014

Mais de 260 índios estão sendo beneficiados com a inauguração. Neles são realizados atendimentos médicos em diversas áreas, como saúde da mulher, da criança, do idoso, imunização, saúde mental, saúde bucal e vigilância alimentar e nutricional, entre outras.

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), investiu cerca de R\$ 4,3 milhões na construção de cinco unidades em Alagoas e na compra de equipamentos. Localizados em terras indígenas, os postos dão apoio aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e às Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena que atuam nas aldeias.

Além do vice-prefeito, participaram do evento de inauguração, o secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves, o pajé Adalberto Ferreira, técnicos da secretaria municipal de saúde, além de diversas autoridades e índios da tribo.

“É preciso que a população indígena tenha acesso a saúde de qualidade. E aos poucos, o Governo Federal e a Prefeitura de Feira Grande estão proporcionando isso. Nossas ações estão melhorando a vida desse povo”, destacou Professor César.

ASCOM / FEIRA GRANDE



Vem aí o VIII Festival de Cultura e Jogos Indígenas

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 21.05.2014

O VIII Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis acontece no município de Campo Novo do Parecis/MT, no Estádio Ari Tomazelli na Avenida Mato Grosso, de 05 a 08 de junho, com objetivo de alavancar o etnoturismo e a sustentabilidade econômica através das atividades esportivas e culturais do Povo Haliti e outras etnias convidadas.

Diante da história de contato do Povo Paresi e da sua realidade, é prerrogativa legítima das comunidades Paresi-Haliti implementar o evento em parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, a Administração Executiva Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Governo do Estado de Mato Grosso através de Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo (Sedtur/MT), buscando transformar o evento num produto turístico, como uma nova fonte alternativa de renda para as comunidades indígenas, visando melhorar a qualidade de vida e ao mesmo tempo revitalizando, preservando seus valores culturais e garantindo o equilíbrio do meio ambiente com atividades econômicas sustentáveis.

Acredita-se que os segmentos Cultura e Esporte são os mecanismos mais salutar, agregadores e incentivadores para a boa convivência dos haliti e o respeito mútuo com a sociedade não indígena, mostrando os seus valores e por consequência diminuir determinados preconceitos que possa vir a existir por falta desse conhecimento entre ambos.

Desta forma, o segmento Esporte é o mecanismo mais salutar e agregador para a boa convivência e o respeito mútuo entre os povos, e a realização do VIII Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis busca promover uma nova relação de aproximação, conhecimento, troca e revitalização dos valores das tradições indígenas com a sociedade envolvente e de afirmação como povos autóctones.

Durante os Jogos serão observados:

O respeito, valorização e a revitalização das manifestações culturais do povo Paresi-Haliti;

Intercâmbio cultural;

União entre as várias etnias;

Incentivo do uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas;

Fazer do Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis um produto turístico, transformando-o em um processo contínuo e auto sustentável.

ETNIAS PARTICIPANTES

CONT.



Os Povos Indígenas participantes do evento 2014 são da região descendentes do tronco lingüístico Aruak, e serão convidadas outras etnias do estado de Mato Grosso.

Os critérios para a participação serão prioritariamente em função daquelas etnias possuidoras de suas tradições originais: línguas, costumes, manifestações culturais (cantos, danças, pinturas corporais e outros), artesanatos e seus esportes tradicionais.

Paresi-Haliti – Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Sapezal, Nova Lacerda e Conquista d'Oeste

Manoky (Irantche) – Brasnorte

Enawenê-Nawê – Juina

Nhambikwara – Sapezal e Comodoro

Umutina – Barra do Bugres

Rikbatsa – Juina

Xavante – Barra dos Garças

Bakairi – Nobres

Serão desenvolvidas as seguintes atividades desportivas:

Arco e Flecha

Corrida de Toras

Arremesso de Lanças

Cabo de Força

Corridas – Velocidade (100 m) e 4 x 100m

Jikunahati (Cabeça Bol)

Tidimore

Futebol (Masculino e Feminino)

O evento contará com as seguintes apresentações das manifestações culturais das etnias:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 88/ 2014

Brasília, 21 de maio de 2014.

Danças

Cantos

Canto xamânico

Pintura corporal

Artesanatos indígenas

Exposição fotográfica

Exibição de vídeos

Exposição etnográfica

Fonte: Governo de Mato Grosso



Senado aprova cotas para negros em concursos públicos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.05.2014

Luana Lourenço e Mariana Jungmann – Repórteres da Agência Brasil

Os concursos públicos federais passarão a ter reserva de 20% das vagas para candidatos negros ou pardos pelos próximos dez anos. Um projeto de lei originário do Poder Executivo e já aprovado na Câmara foi aprovado sem alterações ontem (20), pelo Senado, e seguirá para sanção da presidenta Dilma Rousseff.

O texto estabelece que todos os concursos federais deverão prever cotas, inclusive dos órgãos da administração indireta, de autarquias, fundações e das empresas públicas. A matéria teve preferência de votação porque foi enviada em regime de urgência para o plenário, depois de ter sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, comemorou a aprovação das cotas e disse que a reserva de vagas para negros em concursos públicos é uma “medida mais que justa”, que vai ajudar a corrigir o histórico de exclusão da população negra no Brasil.

“As cotas, como qualquer medida nesse sentido, é uma busca de nós corrigirmos uma realidade trágica no Brasil, que foi a marginalização e a exclusão dos afrodescendentes por séculos”, avaliou. O ministro acrescentou que “o Senado acaba de dar um grande passo que a Câmara tinha dado também, de reconhecimento da necessidade de tomar as medidas no Brasil que aos poucos vão reduzindo os processos de exclusão”.

Pela proposta aprovada, terão direito a disputar as vagas reservadas os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição do concurso, conforme critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se for constatada que a declaração foi falsa, o candidato poderá ter a participação no concurso cancelada ou sua admissão em órgão público, anulada.



Moradores da comunidade Pimental (PA) repudiam hidrelétricas no Tapajós
SÍTIO CIMI, 21.05.2014

Os moradores de Pimental que são contra a construção do complexo hidrelétrico do Tapajós, juntamente com a Associação Comunitária dos Pescadores e Moradores de Pimental (ACPM), Igrejas Católica de Pimental: São Sebastião e São Francisco, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), liderança dos pescadores de Pimental, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Trairão (STTRT), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Terra de Direitos, Pastoral da Juventude (PJ), Comissão Justiça e Paz (CJP) de Brasil Novo, Associação das Famílias da Transamazônica e Xingu (Afatrax), Aldeias Sawre Muuybu e Watpu (Munduruku e Apiaká), vêm, através deste documento, manifestar a sua indignação contra esta proposta de barragens do Rio Tapajós, pois beneficiará somente as multinacionais, enquanto a maior população, que somos nós, será prejudicada com essa construção. Devido à falta de informações e desrespeito a todos os moradores do Tapajós, viemos nos manifestar. A comunidade de Pimental localiza-se no município de Trairão, próxima a Itaituba, no Pará.

Estamos unidos com várias comunidades ribeirinhas, povos indígenas do Baixo, Médio e Alto Tapajós com o mesmo propósito: dizermos NÃO à construção do Complexo Tapajós. A razão de nosso posicionamento são os danos que as barragens irão causar à nossa região. Além disso, nossos direitos já estão sendo violados, pois empresas entram nas comunidades sem pedir licença aos moradores, causam revolta entre os comunitários, atrapalham a boa convivência de muitos anos nas vilas, realizam pesquisas sem a anuência da comunidade, inflamam pessoas levando a conflitos físicos e verbais. A falta de esclarecimento para esta população sobre o processo de construção das barragens e o direito de sermos consultados é a postura que também repudiamos. Não queremos que aconteça no Tapajós e Jamanxim aquilo que acontece com os Rios Xingu e Madeira.

Queremos a proteção dos rios e das florestas da nossa Amazônia, e não a destruição. Lutamos e continuaremos essa luta, mesmo diante da difamação que sofremos. Lembramos, por isso, que é falso qualquer documento que diga o contrário. A comunidade de Pimental está à beira do lugar onde a Eletrobrás pretende construir uma barragem e não descansaremos enquanto nossos direitos não sejam garantidos.



A contínua luta dos Chiquitano pela sua terra tradicional

SÍTIO CIMI, 21.05.2014

Por Mario Bordignon

Isolados perto da fronteira do estado do Mato Grosso com a Bolívia e esquecidos há muito tempo, pelas autoridades e mesmo pela Igreja, os Chiquitano resolveram fazer ouvir sua voz. Fazendeiros e políticos chegando à região, se aproveitam do isolamento geográfico e assistencial para negar a eles os direitos originários à terra onde nasceram seus ancestrais. Estes senhores, esquecendo que quem traçou as fronteiras em território chiquitano foram espanhóis e portugueses, soltam frases como estas: "Vocês não são índios" e "Vocês são bolivianos".

Fazem de tudo para não deixar demarcar as terras deles. Mas no começo do século XXI as coisas começaram a mudar. A Fundação Nacional do Índio (Funai) começou timidamente a fazer alguns estudos das áreas. A Portal do Encantado está até delimitada. Nada foi feito ainda na área Vila Nova Barbecho e na Bahia Grande onde se encontra a aldeia Aparecida. Grandes são os sofrimentos nestas duas últimas áreas e até os direitos humanos mais essenciais são constantemente ameaçados: proibido o encanamento da água potável, o direito de ir e vir, de caçar e de ter um pedaço de chão para manter com dignidade a própria família. A Igreja se fez presente primeiro através da Pastoral da Criança e depois através do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), também com uma equipe itinerante.

As lideranças começaram a frequentar as repartições públicas em Cuiabá e em Brasília para defender seus direitos à terra, à saúde e à educação. Um bom grupo de jovens está se formando nas universidades. Neste contexto aconteceu na aldeia do Portal do Encantado o Encontro de Formação de Lideranças Indígenas de Mato Grosso, entre os dias 16 e 18 de maio de 2014. Dos 2.500 Chiquitano, mais de cem participaram, além dos Bororo, Xavante, Karajá, Tapirapé, Kanela, Umutina, Kayabi, Apiaká e Munduruku, que vieram dar seu apoio à luta para a demarcação de suas terras.

O ritmo marcante do tambor, o som do pífano e a dança das bandeiras sagradas, no meio da dança do povo, deram início ao histórico encontro. A cultura chiquitana permeada pela religião trazida pelos jesuítas desde 1692 permanece forte mesmo após muito tempo sem mais a presença dos mesmos religiosos. Fazendo uso do seu direito, os anciões, dona Rosália e Lourenço, rezaram e falaram primeiro na língua nativa e depois em português. Lourenço afirmou: "Esta terra para nós é sagrada. Foi Deus quem nos deu. Ele deu terra para todos, não só para o branco. Deste Vale do Encantado saíram todos os Chiquitano e ocuparam todo este território". Depois outros fizeram uso da palavra. Segundo Sírria Chiquitano: "Nós nascemos índios e morreremos índios. Nós não viramos índios como dizem os fazendeiros. Quanto sofrimento. Bem falou o Dr. Roberto Vaz Curvo, nosso assessor, que a moda aqui na região era: desce o pau na bugrada". Já Antônio Chiquitano avalia que: "Nós aqui tem que ser político desde a barriga da mãe para aprender a lutar e nos defender", enquanto Alessandra

CONT.



sugere: "Nós somos um povo muito grande, nós temos força, temos que assumir os nossos setores e não só questionar a Funai, os prefeitos, o governo". A enfermeira Chiquitano Luzenil considerou que: "Terra, saúde e educação tem que ir juntas. Vamos também juntar nossa sabedoria indígena com o saber da universidade",

Todas as lideranças das outras etnias manifestaram cada qual do seu jeito seu apoio e solidariedade aos Chiquitano. Assim Falou Valeriano Xavante: "Eu sonhei que este bonito Vale do Encantado estava cheio de Chiquitano e todo índio de Mato Grosso cantando, dançando e gritando; Índio unido jamais será vencido". Faustino Kayabi lembrou: "Nós lutamos muitos anos até conseguir demarcar nossas terras. Ainda nos falta o Batelão. Falo para vocês: 'Não desanimem, se não é hoje é amanhã, mas o dia vai chegar'." Já no final do Encontro, Lucimar Umutina disse que: "Índio sem terra não é nada, índio é da terra, terra é do índio. Vamos juntar forças para defender nossa terra". Por último, dona Leonida Bororo concluiu: "Nós também lutamos e sofremos muito por causa da terra. Padre Rodolfo e Simão Bororo morreram e outros quatro foram baleados. Meus irmãos Chiquitano, é com muita fé e com muita luta que vocês vão conseguir a vossa terra".



Mensagem aos povos indígenas, comunidades afrocolombianas, camponesas, urbanas e populares, e às igrejas e movimentos sociais e políticos

SÍTIO ANNCOL BRASIL, 21.05.2014

Levantamos hoje nossa palavra, com a força do amor em favor da reconciliação nacional e em especial da unidade de nossos povos submetidos durante décadas ao poder cruel das oligarquias.

Nossa voz emerge para chamar com sentimentos de fraternidade e esperança às organizações sociais, políticas e populares em geral, às comunidades afrocolombianas, camponesas e urbanas açoitadas pela miséria, às igrejas, aos jovens e estudantes, às mulheres, ao movimento LGBTI, às camadas médias, aos acadêmicos, e especialmente aos povos indígenas, mais além das dificuldades ou desencontros que houvéssemos tido em qualquer tempo e lugar, a empreender com mais determinação que nunca a marcha pela unidade em favor das transformações radicais que a pátria nos reclama para rumar pelo caminho da paz com justiça social, no qual todos e todas encontremos o cenário de abrigo que nos permita o bem viver e a concórdia.

Com sinceridade e profundo sentimento de alteridade, as FARC-EP clamam pela unidade popular e a defesa da pátria hoje, desde uma circunstância em que, com convencimento, assumimos um processo de diálogo pela paz, pensando num melhor destino para a Colômbia; fato que, por ser anseio das maiorias, é causa que deveremos defender como uma só força de mudança.

Necessário é dizer que a paz é o direito síntese que está acima de tudo. Se não há paz não há nada; nem sequer país. A segurança uribista é um embuste que só acentua o caos. Não pode haver segurança para todos sem paz.

Queremos ressaltar a importância e o compromisso que revistem propósitos necessários, como o de encontrar a coincidência política dos setores populares e sua unidade em função da defesa do processo de diálogo para a consecução da paz com justiça social, que beneficie ao conjunto da nação. Este “pôr-se de acordo” em função da paz inicia um caminho de mudança, de aproximação, de portas abertas para dar lugar a todos na sociedade e nas instituições. Abrir-se ao diálogo para encontrar a verdade, buscar a justiça integral e alcançar a paz após setenta anos de violência impulsiona com maior vigor a marcha sem interrupção do processo constituinte que estamos respirando.

Vem se construindo um processo constituinte após fazer-se evidente a necessidade de superar a crise da justiça, das regiões, da terra e do território, dos recursos naturais não renováveis e do meio ambiente, dos órgãos de controle, do congresso nacional. Se faz necessário, então, um ponto de encontro que vai mais além de Havana. Esta dinâmica deve transcender para a materialização de um grande acordo nacional que dê vida à Assembleia Nacional Constituinte, porque nesta instância histórica do pluralismo e do pluriculturalismo a Constituição deve ser um acordo de convivência que interprete cabalmente o tempo presente; deve igualmente

CONT.



conter a alma requerida para desenvolver a necessária capacidade institucional que aposte a assimilar com sabedoria os tempos que estão por vir.

Porém, esta missão é de todos os filhos e filhas da Colômbia, e requer a opinião e o protagonismo de cada setor da sociedade. Consequentemente, chamamos as organizações sociais e populares a se expressarem, a que intercambiemos em torno a como deve ser a direção a seguir em função desta causa. Vocês têm a palavra.

Nossa contribuição de início é expressar que, no andar constituinte que felizmente se iniciou para não ser interrompível, o sentimento pluricultural, os diversos povos indígenas e afrocolombianos, as múltiplas expressões sociais como as organizações camponesas, estudantes do campo e da cidade, trabalhadores e patrões, movimentos políticos, setores informais da economia, crentes religiosos, não crentes e demais componentes do tecido nacional, devem ocupar desde já seu lugar sem timidez alguma. Eventualmente, haverá que aplicar-se a lei pela qual se convoca a desejada Constituinte. Dita lei teria a faculdade constitucional de assinalar a composição que haverá de ter essa Assembleia. Cabe na norma estabelecer circunscrições especiais para dar espaço a comunidades que devem marcar presença em seu seio com urgência social e sentido de paz. Tal é o caso dos povos indígenas e afrocolombianos e outros setores historicamente submetidos.

As FARC-EP são feitura de povo, e como tal enfatiza seu anseio para que essa construção da unidade se multiplique em cada cenário de interlocução das organizações populares, fazendo causa comum, por exemplo, na luta pelo reconhecimento das Zonas de Reserva Camponesa já estabelecidas na lei, na concretização do respeito aos territórios ancestrais indígenas e a consolidação de seus redutos, no realce dos territórios comunitários das negritudes e dos direitos das gentes que fazem convergir sua existência nas zonas de realidade interétnica e inter cultural. Cada povo e cada comunidade devem intensificar seu direito à terra e ao território em mútuo apoio, em mancomunação que, ao tempo que reconheça os direitos dos camponeses, reafirme os direitos adquiridos dos povos indígenas e afrocolombianos, e brinde, enfim, possibilidades de existência digna às pobresas que habitam o campo e a cidade, no entendido de que a pátria é de todos e é contra a depredação transnacional e das burguesias locais que devemos defendê-la desde o mais profundo de nosso ser índio, de nosso ser negro, de nosso ser mulato, de nosso ser mestiço e cafuzo vilipendiado que grita com o peito aceso, já basta de tanta humilhação, basta já de tanta exploração.

Desde a fé absoluta na integração e unidade de nossos povos, desde o fortíssimo ideal emancipatório que é o "macrocosmos da raça humana", desde o irreprimível caminhar constituinte, com total compromisso e esperança na paz, deixamos os braços abertos para estreitar-nos com nossos irmãos no convite e na minga da unidade para a ação que nos liberte.

DELEGAÇÃO DE PAZ DAS FARC-EP

Equipe ANNCO - Brasilanncol.br@gmail.com
<http://anncol-brasil.blogspot.com>



Grito da Terra traz 5 mil agricultores à Capital

SÍTIO O INFORMATIVO DO VALE, 21.05.2014

Um grupo de agricultores teve as reivindicações ouvidas pelo governador Tarso Genro, no Palácio do Piratini

Porto Alegre - Mais de 5 mil pessoas estiveram nesta terça-feira (20) em Porto Alegre para participar do 20º Grito da Terra Brasil. Eles vieram organizados pelos 350 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Fetag, congregados por 23 regionais sindicais.

As caravanas começaram a chegar por volta das 7h, em cerca de 80 ônibus, e desembarcaram os agricultores familiares na sede da Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde também está instalada a Delegacia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Diversas lideranças foram divididas em comissões para tratar de assuntos como crédito fundiário, habitação, saúde, irrigação, entre outros itens da pauta. Às 13h todos deixaram o pátio da delegacia da MDA e foram em caminhada, pelas principais ruas e avenidas da Capital em direção ao Palácio Piratini. Uma bela mística realizada pela Fetag e regionais com terra, água, sementes e alimentos de um toque especial ao GTB. Em seguida, o governador Tarso Genro, acompanhado de secretários, subiu no caminhão e fez uma introdução às respostas, que foram completadas pelos secretários.

Numa avaliação preliminar, o presidente da Fetag, Elton Weber, deu nota 10 à mobilização pela efetiva participação dos trabalhadores rurais e pela forma de pressão adotada pelo movimento sindical, que já rendeu alguns resultados concretos, tais como compromissos do governo, marcação de agendas em Brasília para discutir a questão dos indígenas e a vinda do ministro Miguel Rossetto, na próxima semana, para debater as questões do MDA.

Além disso, o governador garantiu que até o dia 12 de junho estará assinado com a Fetag o termo de cooperação da distribuição do protetor solar nos municípios; em relação à segurança pública, Tarso disse que o efetivo da Brigada Militar não vai deixar os municípios para virem à Copa; nas Secretarias da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Weber projetou que entre 60% a 70% foram assumidos compromissos, inclusive alguns com respostas. "De uma forma geral, nós avaliamos as respostas de forma positiva", enfatizou.

Nos próximos dias, continua o dirigente, a Fetag vai tratar especificamente das questões referentes a emplacamento de tratores, habitação e conflitos com indígenas em Brasília. "Avaliamos aqui em assembleia e foi aprovado que caso seja necessário, faremos mobilizações nas regiões que assim demandarem. Isso não é ameaça, mas sim uma decisão", completou.

Crédito da notícia: Assessoria de Imprensa Fetag



Índios saqueiam carga e agredem motorista
SÍTIO CGN, 21.05.2014

Cerca de cem indígenas saquearam caminhão de cerveja...

Uma carreta que transportava cerveja tombou em uma curva na BR-277, em Nova Laranjeiras, na manhã de ontem (20), próximo a aldeia indígena. De acordo com a PRF (Polícia Rodoviária Federal), cerca de cem índios saquearam a carga e agrediram o motorista, quando ele tentou proteger os pertences pessoais dele que estavam na cabine. O caminhoneiro viajava com a mulher e o filho de quatro anos.

O homem só não teve lesões graves porque uma equipe da Ecocataratas o colocou, junto com a família, dentro da ambulância.

Depois de muita conversa, os índios se dispersaram, mas levaram a cerveja. Alguns motoristas que passavam na hora também pararam e participaram do saque. Ninguém foi preso.

Instalação montada com cerâmica indígena cobre lago da Reitoria
SÍTIO UFMG, 21.05.2014



Quem passar pelas imediações do Lago da Reitoria até a próxima terça-feira, 27, poderá conferir a intervenção Cerâmica, territórios cruzados, do grupo de pesquisa Cultura do Barro, coordenado pelos professores João Cristeli e Adel Souki, da Escola de Belas-Artes (EBA). Cerca de 90 peças de cerâmica cobrem o espelho d'água do lago.

As peças foram modeladas a partir de cerâmica arqueológica, encontrada em 2009 na aldeia xacriabá Rancharia, em São João das Missões, no Norte de Minas. A queima do material foi realizada com a participação de indígenas xacriabás e de alunos do curso de Licenciatura Indígena da UFMG.

O lago da Reitoria foi escolhido para abrigar a mostra por causa da luta da comunidade xacriabá pela água. Ela reivindica a demarcação de suas fronteiras até o início do rio São Francisco. Ao fim da intervenção, todas as peças serão lançadas no Velho Chico.



Anuladas ordens de reintegração de posse em área ocupada por indígenas em MS
SÍTIO TÁ NA MÍDIA NAVIRAI, 21.05.2014

A Justiça seguiu parecer do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) e anulou ordens de reintegração de posse em três fazendas que incidem na Terra Indígena Yvy Katu em Japorã, fronteira de MS com o Paraguai. Na sentença, o juiz afirmou que “não há justo título na propriedade do autor, tampouco posse lícita fundada em terra tradicionalmente indígena que o legitime a ingressar com o presente feito”. Também deixou aberta a possibilidade de indenização ao proprietário pela União “a qual lhe teria concedido título dominial da área demarcada”. As informações são do MPF.

Com isso, já são nove processos de reintegração de posse extintos na Terra Indígena Yvy Katu, de um total de 14. As decisões baseiam-se em outra sentença judicial, de março de 2013, que validou o procedimento demarcatório da terra indígena: “O fato de as terras terem sido esbulhadas dos indígenas pelo próprio Estado não esvazia o direito destes de terem restituídas suas terras”.

Atualmente, os indígenas ocupam a área total da terra indígena (9.494 hectares), correspondente à área de 14 fazendas. A área já passou por estudo antropológico, que confirmou a ocupação tradicional pelo grupo guarani-ñandeva, e foi declarada como terra indígena pelo Ministério da Justiça, através da Portaria 1289/2005. A demarcação física já foi realizada, falta apenas a homologação pela Presidência da República, última etapa de todo o processo, que começou em 1982. Há nove anos os indígenas aguardam a assinatura da Presidência.

Longa luta pela terra

A expulsão dos indígenas de seu território tradicional começou com a criação do Serviço de Proteção ao Índio, através do Decreto nº 9.214 de 15 de dezembro de 1911, que tinha entre suas funções “promover a mudança de certas tribus (sic), quando fôr conveniente e de conformidade com os respectivos chefes”. Esses chefes, como demonstrado pelo MPF, “jamais emitiram qualquer aprovação para serem retirados de suas terras tradicionais, ao contrário, recusavam-se a sair, sendo assim tidos por selvagens”.

Criadas as normas legais, o governo federal passou a retirar os indígenas de suas terras confinando-os em pequenas reservas escolhidas pelo SPI. A União, então, trouxe imigrantes para a região, conferindo-lhes títulos de propriedade. Este foi o modelo adotado para a colonização de Mato Grosso do Sul e está na gênese do conflito fundiário atual.

A reserva de Porto Lindo, em Japorã, para onde foram transferidos os indígenas de Yvy Katu em 1928, foi definida em 3.600 hectares mas sofreu seguidas reduções em função de arranjos entre agentes do governo e interesses de colonos e empresas regionais, sendo demarcada com 2.000 ha. Atualmente, mede 1.648 ha.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 88/ 2014

Brasília, 21 de maio de 2014.

Em 1982 começou o procedimento demarcatório da Funai. Para tentar acelerar o processo, em 2003 os indígenas ocuparam as áreas reivindicadas. Com vários pedidos de reintegração de posse ajuizados, a solução adotada foi destinar 10% da área demarcada para ocupação pelos indígenas.

Assim que foi publicada a portaria que determinou a terra como indígena, os proprietários buscaram sua anulação. Sem sucesso em primeira instância da Justiça Federal, eles recorreram no Superior Tribunal de Justiça, que também negou o pedido. O caso foi levado até o Supremo Tribunal Federal, onde os ministros também deram validade para a portaria que definia a terra como indígena.

Em outubro de 2013, os indígenas voltaram a ocupar toda a área declarada pelo governo federal como indígena, para pressionar pela homologação. As ordens de reintegração de posse que foram anuladas referem-se a esta última ocupação.



Questões indígenas e problemas com telefonia móvel e internet entre os temas na tribuna

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ALRS, 21.05.2014

Durante o período das Comunicações da sessão plenária desta quinta-feira (15), na Assembleia Legislativa, os deputados manifestaram-se sobre iniciativas do governo federal, questões indígenas, e problemas no setor de telefonia móvel e internet durante testes para a Copa do Mundo no estádio Beira-Rio.

O deputado Jorge Pozzobom (PSDB) criticou o governo do PT, especialmente em razão do veto total apostado pela presidenta Dilma Rousseff, ontem publicado no Diário Oficial da União, ao projeto do deputado Alceu Moreira (PMDB/RS) aprovado no Congresso Nacional, que previa o fim do emplacamento de maquinário agrícola.

A deputada Elisabete Felice (PSDB) lamentou pela queda do RS, de 1º para 8º lugar, no ranking dos Estados com maior número de doadores de órgãos.

O deputado Jeferson Fernandes (PT) rebateu críticas do opositorista Jorge Pozzobom ao Partido dos Trabalhadores e seus representantes. Salientou que, no caso do Mensalão e das penas impostas aos envolvidos, vê-se um "posicionamento político" do ministro Joaquim Barbosa. Ainda destacou reunião da Caravana da Cidadania, que a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia promove, amanhã, a partir das 9 horas, em Santa Rosa. A Caravana da Cidadania vem percorrendo o interior do Estado, promovendo debates com as diversas órgãos de proteção às mulheres, às crianças e aos adolescentes, com o objetivo de melhor formatar esta rede.

O deputado Paulo Odone (PPS) lamentou que os municípios gaúchos estejam sendo excluídos nas questões da demarcação de terras indígenas no interior do Estado e da tentativa de conciliação em conflitos entre indígenas e agricultores. E defendeu a criação de Comissão Externa para acompanhar os acontecimentos e cobrar urgentes providências do governo federal para pôr fim aos conflitos e também amparar os pequenos agricultores.

O deputado Ernani Polo (PP) comentou sobre problemas apresentados no setor de telefonia, especialmente a móvel e Internet, durante os testes realizados para a Copa do Mundo, no estádio Beira Rio. Em função desta situação, o parlamentar, que no ano passado presidiu a CPI da Telefonia, salientou que na próxima segunda-feira será realizada, na presidência da Assembleia, uma reunião entre parlamentares e representantes das operadoras, da Câmara Municipal, da Secretaria da Copa, do Comitê Organizador Local, da Anatel, da Procompa e da Procergs, em busca de uma solução adequada para o problema. Polo ainda destacou proposta que apresentou, no sentido de que a Comissão de Agricultura da Casa realize audiência pública, na próxima quinta-feira, para tratar do tema do zoneamento agrícola no Estado.

Ouçá a íntegra dos pronunciamentos em www.al.rs.gov.br



Mutirão garante documentos para indígenas em Guaíra

SÍTIO O PARANÁ, 21.05.2014

Nos dias 17 e 18, o Ministério Público Federal no Paraná participou do 1º Mutirão Indígena do município de Guaíra. O evento, coordenado pela Secretaria de Ação Social de Guaíra e pela Secretaria de Justiça do Estado do Paraná, teve como objetivo possibilitar o acesso dos indígenas a uma série de documentos, como registro civil de nascimento, carteira de identidade, Cadastro de Pessoas Físicas e Carteira de Trabalho e Previdência Social. Com essa documentação, a população indígena da região passará a ter acesso aos programas sociais voltados à população carente, como Bolsa Família, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e Benefício de Prestação Continuada.

O mutirão foi realizado na quadra do Colégio Estadual Jardim Zeballos e contou com a presença da procuradora regional dos Direitos do Cidadão no Paraná, Antônia Lélia Neves Sanches, do procurador da República em Guaíra Lucas Bertinato Maron, da secretária de Justiça do Estado do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, e do prefeito de Guaíra, Fabian Vendruscolo.

Cidadania

De acordo com o procurador da República Lucas Maron, o evento possibilitou à comunidade indígena o exercício da sua cidadania. "Além disso, a inserção dos indígenas nos registros estatais retira os indígenas da situação de invisibilidade social e contribui para a autoestima dos mesmos, ao se verem tratados com a dignidade pelo Estado", afirma. De acordo com o levantamento da Secretaria de Ação Social de Guaíra foram realizados 324 atendimentos, com emissão de 60 carteiras de trabalho, 120 Cédulas de Identidade, 51 Certidões de Nascimento e 93 CPFs.



Indígenas Krahô comemoram revitalização de escola com benefício direto a quase 190 estudantes dos ensinos fundamental e médio

SÍTIO ARAGUAÍNA NOTÍCIAS, 21.05.2014

“A escola agora ficou melhor, está mais bonita”, disse o professor Ovídio Krahô, da Escola Estadual Indígena 19 de Abril, localizada na Aldeia Manoel Alves Pequeno, município de Itacajá, a 295 Km de Palmas. A unidade de ensino foi totalmente revitalizada pelo governo do Estado através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc). Os serviços de melhoria foram entregues oficialmente à comunidade indígena na tarde desta segunda-feira, 19. Foram beneficiados, diretamente, 189 estudantes dos ensinos fundamental e médio.

A equipe da Seduc composta por servidores do setor de obras e serviços reformou o telhado, realizou a pintura interna e externa da escola, promoveu reparos nas instalações elétricas e hidráulicas, fez podas de árvores e limpeza do local. A solenidade para a entrega da revitalização contou com a presença da subsecretária de Educação Básica e Cultura da Seduc, Jucylene Borba, da prefeita de Itacajá, Maria Aparecida Lima, do cacique Dodamin Krahô, de professores, técnicos da Diretoria Regional de Gestão e Formação (DRGF) de Pedro Afonso e de representantes de diferentes aldeias de Itacajá e Goiatins.

O cacique Dodamin disse que o momento era para se comemorar. “Este é um dia especial, estamos felizes porque devemos unir o conhecimento da escola e do pátio (local onde os indígenas fazem celebrações). Os dois são importantes para o nosso povo. O professor nunca deixa de aprender e temos muitas coisas para passar para os alunos”, declarou.

A escola

A unidade escolar 19 de Abril é conhecida por desenvolver em seu currículo uma educação diferenciada onde se aprende os conteúdos dos livros didáticos e dos livros específicos sobre a cultura indígena. Juntamente com a comunidade local, na escola se pratica as danças, cantos e outras manifestações indígenas. Esse papel intercultural entre alunos e professores é realizado pelo diretor da escola, Renato Yaré Krahô, graduado em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

A estudante Yasmim Krahô, 14 anos, que cursa a 6ª série do ensino fundamental, fez questão de conferir os serviços realizados na escola. Ela já faz planos sobre sua formação. “Gosto de estudar e pretendo ser professora para ajudar no crescimento dos povos indígenas”, afirmou.

Educação

A subsecretária Jucylene Borba, que na solenidade representou a secretária de Estado da Educação e Cultura, Adriana Aguiar, explicou que com a escola revitalizada os professores e alunos terão mais satisfação no ambiente escolar. “O governo do Estado irá beneficiar outras unidades de ensino na comunidade Krahô visando fortalecer a educação indígena”, disse ela.

CONT.



Ainda de acordo com a subsecretária, as ações de melhoria realizadas pela equipe da Seduc devem ser mantidas pela comunidade escolar.

Escolas indígenas e rurais

A revitalização na Escola Indígena 19 de Abril faz parte do projeto Esquadrão Minha Escola Mais Linda, da Seduc, que promove pequenos reparos e serviços em unidades de ensino indígenas e da zona rural que, pela localidade, têm mais dificuldade em contratar mão de obra.

O projeto foi lançado em 16 de abril deste ano pela Seduc e é formado por servidores da Secretaria que já atuam no setor de obras. Os serviços prestados pela equipe incluem reparos elétricos e hidráulicos, pintura, roçagem, higienização, entre outros que forem identificados pela Seduc como necessários. A equipe de trabalho realiza um sistema de mutirão para que os serviços sejam feitos a curto prazo.

Como participar

A manutenção das escolas, como pequenos reparos, limpeza e conservação de prédios, é uma ação de responsabilidade das próprias unidades escolares. Contudo, pelas especificidades das escolas indígenas e rurais, que muitas vezes não conseguem contratar mão de obra devido a localidade das unidades de ensino, a Seduc tem feito a intervenção através do projeto.

Para participar, as escolas devem entrar em contato com Seduc, que analisa a necessidade e a viabilidade para o atendimento.



Apesar das adversidades, ribeirinhos nem cogitam abandonar o Pantanal

SÍTIO PASSEI AKI, 21.05.2014

A vida dos ribeirinhos no Pantanal sul-mato-grossense é cercada de provações. Na região da Boca do Paraguai Mirim, por exemplo, o cotidiano é todo pautado pelo Rio Paraguai. É dele que a maioria absoluta das famílias tira seu sustento, seja da pesca ou da coleta de iscas vivas. Até a pecuária e a agricultura dependem diretamente do rio.

Na época da cheia, como agora, nenhuma das duas atividades avança, já que as águas ocupam praticamente todo o campo. Só os aterros (levantados há décadas) e alguns poucos locais mais altos conseguem escapar parcialmente da inundação. "É assim sempre", garante Edemilson Pereira Nascimento, de 36 anos.

"Às vezes enche mais, como nesse ano. Ai a água vai com tudo pra dentro de casa, como tá agora", continuou o ribeirinho, nascido e criado às margens do Paraguai. Apesar da adversidade, ele nem cogita deixar o Porto 15 de Março, onde mora com a esposa Rosangela Arruda e mais quatro filhos.

"A gente vai levando como dá. E tem esse povo da Prefeitura que acaba ajudando muito", disse. Edemilson se refere à equipe do Povo das Águas, programa social mantido pela Prefeitura de Corumbá e voltado especificamente para a população ribeirinha. Durante todo o ano um grupo de médicos, dentistas, vacinadores, assistentes sociais, professores, agentes de saúde e profissionais de outras especialidades visita todas as regiões do Pantanal corumbaense.

No último fim de semana, uma ação emergencial socorreu os moradores do Paraguai Mirim. Antes, a equipe já tinha levado o trabalho social para a Barra do São Lourenço, outra localidade bastante castigada pela cheia. As duas viagens tiveram o apoio fundamental do 6º Distrito Naval, que disponibilizou o navio de guerra Piraim e sua tripulação de 23 homens para o atendimento dos ribeirinhos.

Na última viagem, além de muitas casas embaixo d'água, os funcionários da Prefeitura e os militares da Marinha também encontraram histórias emocionantes, como a da jovem Helena. Com apenas 13 anos, ele trouxe sua primeira filha ao mundo sem ajuda de ninguém. Ela encarou todo o trabalho de parto sozinha, numa pequena casa onde não existe luz elétrica e nem água encanada.

O bebê, de apenas uma semana, passa bem. Ele foi examinado pelo médico e a enfermeira do Programa Social e na próxima ação deve receber as primeiras vacinas.

Aos 39 anos, Juliana Rosa também teve seu sétimo filho no meio do Pantanal. A pequena Olga Maria, com 22 dias de idade, é outra que esbanja saúde. "Todos meus filhos nasceram aqui, com ajuda da minha comadre Fátima", relatou a pescadora.

CONT.



O principal problema de saúde detectado na região da Boca do Paraguai Mirim foram as micoses, principalmente nos pés, uma consequência natural para o longo período que passam mergulhados dentro da água. Diferentes tipos de medicamentos foram distribuídos para a população ribeirinha, que também foi medicada contra verminose, outra doença diretamente ligada à cheia.

A coceira no pé acabou pegando o pequeno Danilo de Arruda Alves, 5 anos, que vive na Baía Vermelha com os irmãos e os pais. No último sábado, 17 de maio, todos foram até o navio Piraim para pegar sua cesta básica, o kit com legumes e verduras, lona e remédios. Tímido, Danilo foi, aos poucos, mostrando o que já aprendeu na Extensão Paraguai Mirim da Escola Municipal Pólo Porto Esperança. Mais a vontade, ele revelou o que pretende ser quando crescer. "Quero ser pegador de pintado igual meu pai", afirmou sem a menor dúvida.

Bem mais experiente, Onésimo Toledo ostenta a força de quem toca sozinho uma pequena fazenda localizada na Baía do Bonfim. "Estou aqui há quase 30 anos, mas bem antes disso já estava no Sucuri (outra região localizada próxima ao Paraguai Mirim)", contou.

Aos 70 anos, ele e a esposa Jacyra Francisca Toledo, 69, quase não vêm mais à cidade. "A última vez foi na eleição. E neste ano quero ir de novo pra votar, faço questão", continuou o alegre senhor. Enquanto a equipe médica media pressão e separava os remédios dele e da esposa, Onésimo contou muito dos causos da região, como a lida constante com as onças.

"Nessa época de cheia a gente escuta ela urrando aqui perto. Ai os cachorros latem e tentam acuá-la. O jeito é soltar foguete naquela direção pra ela ir embora. Ela assusta com o barulho e some por um tempo", relatou.

Um dos cães da casa carrega no pescoço, as marcas do ataque do felino. "Aqui isso é normal", afirmou o pantaneiro, que nem pensa em deixar o local. "Já tive várias propostas pra vender, mas enquanto tiver força, fico por aqui", sentimento compartilhado por grande parte dos ribeirinhos.

Por: Da Redação

Protestos marcam 3 anos do assassinato no Pará

SÍTIO CARTA CAPITAL, 21.05.2014

Familiares de José Claudio e Maria do Espírito Santo e entidades ligadas à questão agrária farão onde o casal residia, em Nova Ipixuna



No próximo sábado, dia 24, completarão três anos do assassinato do casal de extrativistas José Claudio e Maria do Espírito Santo. O crime ocorreu no interior do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranha, onde o casal era assentado e desenvolvia seu trabalho de preservação da natureza. Os disparos que tiraram a vida do casal foram feitos pelos pistoleiros Lindonjonson Silva e Alberto do Nascimento, ambos condenados a mais de 40 anos prisão. O acusado de ser o mandante do crime, José Rodrigues Moreira, foi inocentado pelos jurados num julgamento em que o juiz que o presidiu, Murilo Lemos Simão, foi acusado de ter um comportamento questionável durante a fase processual e durante a seção do tribunal do júri, que na avaliação das entidades de direitos humanos que acompanharam o caso, contribuiu para a absolvição de José Rodrigues Moreira. A afirmação do magistrado no texto da sentença final, de que "o comportamento das vítimas contribuiu de certa maneira para o crime (...) pois tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural", foi criticada pelos movimentos sociais como uma tentativa de criminalizar as vítimas, manchar a história e a memória do casal.

De acordo com as investigações e provas existentes no processo, José Rodrigues comprou ilegalmente um lote na reserva extrativista onde três famílias já residiam há quase um ano. Tentou expulsar violentamente as famílias e queimou a casa de uma delas. José Claudio e Maria denunciaram o caso aos órgãos públicos e deu todo apoio para o retorno das famílias para seus lotes. Foi por causa disso que José Rodrigues decidiu mandar matar o casal.

CONT.



O Ministério Público e os advogados da família de José Claudio e Maria, recorreram da decisão de absolvição de José Rodrigues. Um ano após o julgamento, o recurso de Apelação aguarda decisão da Desembargadora Vera Araújo de Souza, da 1ª Câmara Criminal Isolada do Tribunal de Justiça do Estado. Sendo anulada a decisão que absolveu o mandante, o próximo passo será pedir o desaforamento do processo da Comarca de Marabá para a Comarca de Belém, onde novo julgamento possa ocorrer com mais imparcialidade.

Após o assassinato do casal, os familiares das vítimas e os movimentos sociais foram surpreendidos pela decisão do INCRA, sob a responsabilidade do então superintendente Edson Bonetti, de promover o assentamento do mandante do crime, no mesmo lote, pelo qual ele é acusado de mandar matar José Claudio e Maria. Um ano e seis meses após essa escandalosa decisão do INCRA, nenhuma ação concreta, administrativa ou judicial, foi encaminhada pelo órgão no sentido de retomar o lote, ilegalmente adquirido.

O Ministério Público Federal, ingressou com uma ação penal contra José Rodrigues e outros alegando que no processo de compra do lote houve prática de crime agrário previsto na Lei 4.947/69 e Estelionato Majorado, previsto no Art. 171 do Código Penal. Ocorre que, faz um ano que o processo está praticamente parado na 2ª Vara Federal de Marabá, devido o oficial de justiça não ter localizado José Rodrigues, mesmo ele morando no lote do conflito, para intimá-lo da denuncia do Ministério Público.

Neste sábado e domingo, dezenas de trabalhadores rurais, lideranças sindicais, estudantes estarão se deslocando para o lote onde residia o casal dentro do assentamento para uma extensa programação que lembrará a memória dos três anos do assassinato de José Claudio e Maria. No local haverá exposição cultural, trilha ecológica, caminhada até o local onde foram assassinados e ato ecumênico. Além de manter viva a história e a memória do casal, o ato será também uma forma de pressão pela punição do principal responsável pelo crime.

Marabá/Nova Ipixuna, 21 de maio de 2014.

Familiares de José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

Comissão Pastoral da Terra - CPT da Diocese de Marabá.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ipixuna.

Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Agro-extrativista.



Acordo prevê Cooperação para Conservação dos Ecossistemas Marinhos

SÍTIO JORNAL BRASIL, 21.05.2014

Brasília – O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a ONG americana Rare Conservation e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) assinaram um acordo interinstitucional, na quinta-feira (15), em Brasília. A intenção das instituições é construir uma cooperação para promover ações de preservação nas zonas costeiras e marinhas. Participaram do ato, o presidente e CEO da Rare Conservation, Brett Jenk, o presidente substituto do ICMBio, Marcelo Marcelino, e o chefe de gabinete da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA), Fernando Tatagiba.

Para Marcelo Marcelino, esse acordo veio acrescentar no trabalho que o instituto desenvolve. "Entendemos que as nossas unidades marinhas podem ter um papel importantíssimo na conservação das espécies ameaçadas, através de um manejo sustentável que as comunidades têm condição de realizar", explicou. "Quanto mais parcerias que nos ajudem a melhorar a gestão das unidades de conservação, melhor", concluiu Marcelino.

O acordo prevê, por exemplo, a promoção e implantação de ações ou de projetos específicos para atividades de capacitação, instrução e cooperação mútua. Para Brett Jenk, o estímulo que o ICMBio oferece às comunidades para conservação dos ecossistemas é um bom começo para o trabalho conjunto. "A gente quer trabalhar em 18 Áreas de Preservação Ambiental (Apas) e Reservas Extrativistas (Resex) marinhas, selecionar líderes e ajudar na conservação marinha em nível mundial", afirmou Jenk.

Também estiveram presentes na assinatura do acordo as assessoras de Assuntos Internacionais e Diretoria de Ações Ambientais do ICMBio, Juliana Von Sperling e Tatiana Rehder, o vice-presidente sênior da Rare na América Latina, Keith Alger, e a bióloga marinha Mônica Brick

A Rare Conservation

A Rare Coservation é uma ONG que mantém parcerias em 50 países. A missão da instituição é desenvolver programas de conservação que beneficiem não apenas as pessoas, mas o meio ambiente, com a participação de comunidades locais.

Fonte: Comunicação ICMBio